



SEGMENTADA

FORMAÇÃO
PLANO GERAL
CONTEÚDOS
2017

DISTÂNCIA

REUNIÕES
LIVRES

ATUALIZADO
15 DEZ 2016



Avenida Barbosa du Bocage, 45 | 1049-013 Lisboa
Telefone **217 999 700** | Fax **217 957 332**
Email geral@occ.pt | www.occ.pt

INTRODUÇÃO

No desempenho diário da nossa profissão somos confrontados com inúmeras alterações legislativas e fiscais que exigem uma atualização constante, pelo que a Ordem continuará com a preocupação crescente de disponibilizar aos membros um plano formativo diversificado.

Desenvolver convenientemente a nossa profissão é ter a preocupação de nos atualizarmos e aprendermos constantemente nas diversas áreas que envolvem a nossa profissão. Só assim conseguiremos ser úteis aos nossos clientes, só assim conseguiremos acrescentar valor aos seus negócios.

A Ordem deu sempre uma grande prioridade ao aspeto formativo dos seus membros. Desde a sua criação, em 1995, que o caminho foi traçado: só seremos profissionais bem-sucedidos e reconhecidos pela sociedade se tivermos, na base, uma premente e contínua preocupação formativa.

É na sequência dessa prioridade que nos mantemos fieis à necessidade de consolidar o pilar da formação profissional.

Como instituição reguladora da profissão estamos convictos quanto ao nosso papel, e continuaremos a disponibilizar os meios e as ferramentas necessárias aos membros para um bom desempenho profissional.

A formação permanente é um elemento determinante para a qualidade profissional em qualquer atividade, com especial relevância para aquelas que estão sujeitas a alterações mais profundas e frequentes.

Com essa preocupação cimeira elaboramos este destacável com o calendário e os conteúdos programáticos do nosso plano global de formação para o ano de 2017, assente nas ações segmentada, permanente, a distância e reuniões livres das quartas-feiras.

Queremos ir ao encontro das necessidades formativas dos contabilistas certificados, disponibilizando-lhes um leque diversificado de ações com temas pertinentes e atuais, ministradas por formadores credenciados.

Não nos circunscrevemos aos grandes centros. Este é um plano abrangente, que contempla formações em todas as capitais de distrito e, naturalmente, nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores. O nosso compromisso é com todos os membros, proporcionando-lhes as mesmas oportunidades.

Espero que os(as) colegas façam uma boa utilização deste destacável e que o leque de ações de formação que frequentarem sejam úteis e revertam para o bom desempenho no exercício da nossa profissão.

Filomena Moreira
Bastonária





PLANO GLOBAL DE FORMAÇÃO	6
FORMAÇÃO PRESENCIAL	9
FORMAÇÃO DISTÂNCIA	15
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	18
CALENDÁRIO 2017	63



PLANO GLOBAL DE FORMAÇÃO 2017

Mês	TIPO	TEMA	PÁGINA ¹	Horas ²	Créd. ³	Valor
JAN	Presencial	Aspetos práticos da contabilidade para microentidades	19	8	12	48€
	Presencial	Questões práticas do regime de férias, feriados e faltas	19	8	12	48€
	Presencial	Empresas transportadoras - Enquadramento legal, aspetos contabilísticos e fiscais	20	8	12	48€
	Presencial	Contabilista certificado - Estatuto e código de ética e deontologia	20	8	12	48€
	Presencial	Reuniões Livres	12-13	2-4	3-6	-
	Distância	Aspetos práticos da contabilidade para microentidades	19	8	12	32€
	Distância	Organismos de Investimento Coletivo - Sociedades e Fundos de Investimentos	46	8	12	32€
	Distância	Contencioso Tributário	46	16	24	64€
	Distância	Normas internacionais de contabilidade adotados UE	47	12	18	48€
	Distância	Inventários	47	8	12	32€
	Distância	IVA - Regras de faturação e regime de bens em circulação	27	8	12	32€
	Distância	Enquadramento contabilístico dos subsídios (NCRF 22)	48	8	12	32€
FEV	Presencial	Residência fiscal e alojamento local	21	8	12	48€
	Presencial	Preenchimento da declaração periódica do IVA e anexos	21	8	12	48€
	Presencial	Transição para o SNC-AP	22	8	12	48€
	Presencial	Encerramento de contas - Aspetos contabilísticos e fiscais	22	8	12	48€
	Presencial	Aspetos práticos da contabilidade para as pequenas entidades	23	8	12	48€
	Presencial	Atualização fiscal em IRS - aspetos práticos	23	8	12	48€
	Presencial	Reuniões Livres	12-13	2-4	3-6	-
	Distância	Aspetos práticos da contabilidade para as pequenas entidades	23	8	12	32€
	Distância	Encerramento de contas - Aspetos contabilísticos e fiscais	22	8	12	32€
	Distância	Transição para o SNC-AP	22	8	12	32€
	Distância	Manifestações de fortuna e outros acréscimos patrimoniais não justificados	48	8	12	32€
	Distância	Aplicação do IVA e dos Impostos sobre o Redimento às operações transfronteiriças	49	8	12	32€
Distância	Atualização fiscal em IRS - aspetos práticos	23	8	12	32€	
Distância	Revisão das normas contabilísticas	41	32	48	128€	
MAR	Presencial	Atualização fiscal em IRC - aspetos práticos	24	8	12	48€
	Presencial	Incentivos e Benefícios fiscais	24	8	12	48€
	Presencial	Contabilidade e relato orçamental no SNC-AP (Norma 26)	25	8	12	48€
	Presencial	Dossiê de preços de transferência	25	8	12	48€
	Presencial	Preenchimento da declaração modelo 3 de IRS	26	8	12	48€
	Presencial	Preenchimento da declaração modelo 22 de IRC	27	8	12	48€
	Presencial	Reuniões Livres	12-13	2-4	3-6	-
	Distância	Atualização fiscal em IRC - aspetos práticos	24	8	12	32€
	Distância	Incentivos e Benefícios fiscais	24	8	12	32€
	Distância	Contabilista certificado - estatuto e código de ética e deontologia	20	8	12	32€
	Distância	Perdas por imparidade e créditos incobráveis em IVA e IRC	49	8	12	32€
	Distância	Questões práticas do regime de férias, feriados e faltas	19	8	12	32€
Distância	Enquadramento contabilístico e fiscal das depreciações e amortizações	41	8	12	32€	
Distância	Apuramento do lucro tributável (Preenchimento do quadro 07 da declaração modelo 22)	50	8	12	32€	
Distância	Preenchimento da declaração periódica do IVA e anexos	21	8	12	32€	
Distância	Preenchimento da declaração modelo 3 de IRS	26	8	12	32€	
ABR	Presencial	IVA - Regras de faturação e regime de bens em circulação	27	8	12	48€
	Presencial	A contabilidade de gestão no SNC-AP (Norma 27)	28	8	12	48€
	Presencial	RFAI - Regime fiscal de apoio ao investimento	28	8	12	48€
	Presencial	Dossiê Fiscal - Organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	29	16	24	96€
	Presencial	A localização das prestações de serviços em IVA	29	8	12	48€
	Presencial	Reuniões Livres	12-13	2-4	3-6	-
	Distância	Preenchimento da declaração modelo 22 de IRC	27	8	12	32€
	Distância	Dossiê Fiscal - organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	29	16	24	64€
	Distância	Aspetos contabilísticos e fiscais dos contratos de construção	50	8	12	32€
	Distância	Dossiê de preços de transferência	25	8	12	32€
	Distância	Contabilidade e relato orçamental no SNC-AP (Norma 26)	25	8	12	32€
	Distância	Regime fiscal das mais e menos valias (IRS e IRC)	51	8	12	32€
Distância	Processo de contra-ordenação tributário	51	8	12	32€	
MAI	Presencial	Regime especial de tributação dos grupos de sociedades	30	8	12	48€
	Presencial	Procedimento e processo tributário	30	16	24	96€
	Presencial	Regime simplificado no SNC-AP	31	8	12	48€
	Presencial	Procedimentos e obrigações decorrentes da cessação do contrato de trabalho	31	8	12	48€
	Presencial	Reuniões Livres	12-13	2-4	3-6	-
	Distância	NCRF 13 - Interesses em Empreend. Conj. e Investimentos em Associadas e o método de Equiv. patrimonial	52	8	12	32€
	Distância	Aspetos societários relevantes para a contabilidade	34	12	18	48€
	Distância	A contabilidade de gestão no SNC-AP (Norma 27)	28	8	12	32€
	Distância	Regime especial de tributação dos grupos de sociedades	30	8	12	32€
	Distância	Aplicação das convenções para evitar a dupla tributação	52	8	12	32€
	Distância	A empresa em dificuldades - aspetos legais, contabilísticos e fiscais	53	8	12	32€

Mês	TIPO	TEMA	PÁGINA ¹	Horas ²	Créd. ³	Valor
JUN	Presencial	Obrigações contabilísticas e fiscais das empresas insolventes	32	8	12	48€
	Presencial	Garantia dos contribuintes	32	8	12	48€
	Presencial	Ativos não correntes no SNC-AP	33	8	12	48€
	Presencial	Sistema de custeio e de contabilidade de gestão	33	8	12	48€
	Presencial	Fiscalidade internacional	34	8	12	48€
	Presencial	Reuniões Livres	12-13	2-4	3-6	-
	Distância	Procedimento e processo tributário	31	16	24	64€
	Distância	Impostos diferidos	44	8	12	32€
	Distância	Estruturação de um quadro de bordo de apoio à gestão (<i>Balanced Score Card</i>)	53	12	18	48€
	Distância	Agências de viagens - Aspectos contabilísticos e fiscais	54	8	12	32€
JUL	Presencial	Aspectos societários relevantes para a contabilidade	34	8	12	48€
	Presencial	Aspectos fiscais dos direitos de autor	35	8	12	48€
	Presencial	Alterações aos regimes de IVA	35	8	12	48€
	Presencial	IEC - Impostos especiais de consumo	36	8	12	48€
	Presencial	NCRF 10 - Custo dos empréstimos obtidos	36	8	12	48€
	Presencial	Reuniões Livres	12-13	2-4	3-6	-
	Distância	Enquadramento Contabilístico e Fiscal dos Ativos biológicos (NCRF 17)	54	16	24	64€
	Distância	Ativos não correntes no SNC-AP	33	8	12	32€
	Distância	Enquadramento legal, contabilístico e fiscal do setor não lucrativo	55	16	24	64€
	Distância	A localização das prestações de serviços em IVA	29	8	12	32€
SET	Distância	O processo de execução fiscal na Administração Fiscal e na Segurança Social	55	16	24	64€
	Presencial	O regime das infrações tributárias na ótica do contabilista certificado	37	8	12	48€
	Presencial	NCRF 27 - Instrumentos financeiros, aspectos contabilísticos e fiscais	37	8	12	48€
	Presencial	Aquisições de bens e serviços (SNC-AP)	38	8	12	48€
	Presencial	Atualização fiscal em IVA - aspetos práticos	38	16	24	96€
	Presencial	NCRF 28 - Benefícios dos empregados	39	8	12	48€
	Presencial	Reuniões Livres	12-13	2-4	3-6	-
	Distância	NCRF 10 - Custo dos empréstimos obtidos	36	8	12	32€
	Distância	NCRF 28 - Benefícios dos empregados	39	8	12	32€
	Distância	Atualização fiscal em IVA - aspetos práticos	38	16	24	64€
OUT	Distância	Métodos de reação aos atos inspetivos	56	16	24	64€
	Presencial	Consolidação de contas e método de equivalência patrimonial	39	16	24	96€
	Presencial	Enquadramento prático da contratação pública	40	8	12	48€
	Presencial	Gestão e organização dos tempos de trabalho e não trabalho	40	8	12	48€
	Presencial	Enquadramento contabilístico e fiscal das depreciações e amortizações	41	8	12	48€
	Presencial	Revisão das normas contabilísticas	41	32	48	128€
	Presencial	Reuniões Livres	12-13	2-4	3-6	-
	Distância	Procedimentos dos atos inspetivos - Aplicação prática	56	8	12	32€
	Distância	Contabilidade dos grupos públicos (SNC-AP)	57	8	12	32€
	Distância	Obrigações contabilísticas e fiscais das empresas insolventes	32	8	12	32€
NOV	Distância	Análise económica e financeira das entidades privadas	57	8	12	32€
	Distância	Aquisições de bens e serviços (SNC-AP)	38	8	12	32€
	Presencial	A boa administração e o código do procedimento administrativo	42	8	12	48€
	Presencial	Introdução ao Excel	42	8	12	48€
	Presencial	Enquadramento fiscal da partilha e herança indivisa	43	8	12	48€
	Presencial	Reuniões Livres	12-13	2-4	3-6	-
	Distância	Tributação de não residentes - enquadramento fiscal em IRS e IRC	58	8	12	32€
	Distância	Preparação do mapa fluxos de caixa	58	8	12	32€
	Distância	Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspectos contabilísticos e fiscais)	59	16	24	64€
	Distância	NCRF 27 - Instrumentos financeiros, aspectos contabilísticos e fiscais	37	8	12	32€
DEZ	Distância	Enquadramento em IVA, IRS, Segurança Social - Categoria B	59	8	12	32€
	Distância	Consolidação de contas e método de equivalência patrimonial	39	16	24	64€
	Presencial	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)	43	16	24	96
	Presencial	Impostos diferidos	44	8	12	48€
	Presencial	Excel avançado e macros	44	8	12	48€
	Presencial	A tributação em IVA e impostos sobre rendimento das operações relacionadas com imóveis	45	8	12	48€
	Presencial	Código contributivo	45	8	12	48€
	Presencial	Reuniões Livres	12-13	2-4	3-6	-
	Distância	Rendimentos de transações (SNC-AP)	60	8	12	32€
	Distância	O papel do Contabilista no âmbito do Contencioso Tributário	61	8	12	32€
DEZ	Distância	Código Contributivo	45	8	12	32€
	Distância	Elaboração e preparação das Demonstrações Financeiras Individuais (SNC-AP)	60	8	12	32€

NOTAS: ¹ Página onde se encontram conteúdos programáticos e o mês da formação; ² Número de horas da formação; ³ A cada hora de formação correspondem 1,5 créditos para efeitos de controlo de qualidade.

FORMAÇÃO PRESENCIAL

Segmentada | Permanente | Reuniões Livres



CALENDÁRIO FORMAÇÃO PRESENCIAL

Mês	CÓD	FORMAÇÃO	H	Diurno	Noturno	Sáb	CQ	€
JAN	Seg0117	Aspetos práticos da contabilidade para microentidades	8	9	9 e 10		12	48€
	Seg0217	Questões práticas do regime de férias, feriados e faltas	8	12	12 e 13		12	48€
	Seg0317	Empresas transportadoras – Enquadramento legal, aspetos contabilísticos e fiscais	8	26	26 e 27		12	48€
	Seg0417	Contabilista certificado - Estatuto e código de ética e deontologia	8	30	30 e 31		12	48€
FEV	Seg0517	Residência fiscal e alojamento local	8	1	1 e 2		12	48€
	Seg0617	Preenchimento da declaração periódica do IVA e anexos	8	6	6 e 7		12	48€
	Seg0717	Transição para o SNC-AP	8	9	9 e 10		12	48€
	Seg0817	Encerramento de contas - Aspetos contabilísticos e fiscais	8	13	13 e 14		12	48€
	Seg0917	Aspetos práticos da contabilidade para as pequenas entidades	8	16	16 e 17		12	48€
MAR	Seg1017	Atualização fiscal em IRS - aspetos práticos	8	20	20 e 24	18	12	48€
	Seg1117	Atualização fiscal em IRC - aspetos práticos	8	1	1 e 2		12	48€
	Seg1217	Incentivos e Benefícios fiscais	8	6	6 e 7		12	48€
	Seg1317	Contabilidade e relato orçamental no SNC-AP (Norma 26)	8	9	9 e 10		12	48€
	Seg1417	Dossiê de preços de transferência	8	13	13 e 14		12	48€
	Seg1517	Preenchimento da declaração modelo 3 de IRS	8	16	16 e 17	18	12	48€
	Seg1617	Preenchimento da declaração modelo 22 de IRC	8	27	27 e 28	1 abr	12	48€
	Seg1717	IVA - Regras de faturação e regime de bens em circulação	8	3	3 e 4		12	48€
	Seg1817	A contabilidade de gestão no SNC-AP (Norma 27)	8	6	6 e 7		12	48€
	Seg1917	RFAI - Regime fiscal de apoio ao investimento	8	10	10 e 11		12	48€
ABR	Seg2017	Dossiê Fiscal - Organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	16	17 e 18	17, 18, 19 e 20		24	96€
	Seg2117	A localização das prestações de serviços em IVA	8	27	27 e 28		12	48€
	Seg2217	Regime especial de tributação dos grupos de sociedades	8	2	2 e 3		12	48€
	Seg2317	Procedimento e processo tributário	16	4 e 5	4, 5, 8 e 9		24	96€
MAI	Seg2417	Regime simplificado no SNC-AP	8	16	16 e 17		12	48€
	Seg2517	Procedimentos e obrigações decorrentes da cessação do contrato de trabalho	8	18	18 e 19		12	48€
	Seg2617	Obrigações contabilísticas e fiscais das empresas insolventes	8	2	1 e 2		12	48€
	Seg2717	Garantia dos contribuintes	8	5	5 e 6		12	48€
JUN	Seg2817	Ativos não correntes no SNC-AP	8	8	8 e 9		12	48€
	Seg2917	Sistema de custeio e de contabilidade de gestão	8	26	26 e 27		12	48€
	Seg3017	Fiscalidade internacional	8	28	28 e 30		12	48€
	Seg3117	Aspectos societários relevantes para a contabilidade	8	3	3 e 5		12	48€
JUL	Seg3217	Aspetos fiscais dos direitos de autor	8	6	6 e 7		12	48€
	Seg3317	Alterações aos regimes de IVA	8	10	10 e 11		12	48€
	Seg3417	IECs - Impostos especiais de consumo	8	13	13 e 14		12	48€
	Seg3517	NCRF 10 - Custo dos empréstimos obtidos	8	17	17 e 18		12	48€
	Seg3617	O regime das infrações tributárias na ótica do contabilista certificado	8	4	4 e 5		12	48€
	Seg3717	NCRF 27 - Instrumentos financeiros, aspetos contabilísticos e fiscais	8	6	6 e 8		12	48€
	Seg3817	Aquisições de bens e serviços (SNC-AP)	8	11	11 e 12		12	48€
SET	Seg3917	Atualização fiscal em IVA - aspetos práticos	16	18 e 19	18, 19, 20 e 22		24	96€
	Seg4017	NCRF 28 - Benefícios dos empregados	8	25	25 e 26		12	48€
	Seg4117	Consolidação de contas e método de equivalência patrimonial	16	2 e 3	2, 3, 4, e 06		24	96€
	Seg4217	Enquadramento prático da contratação pública	8	9	9 e 10		12	48€
OUT	Seg4317	Gestão e organização dos tempos de trabalho e não trabalho	8	12	12 e 13		12	48€
	Seg4417	Enquadramento contabilístico e fiscal das depreciações e amortizações	8	23	23 e 24		12	48€
	Per0117	Revisão das normas contabilísticas	32	30, 31, 6 e 7 nov	30, 31, 6, 7, 9, 10, 13 e 14 nov		48	128€
NOV	Seg4517	A boa administração e o código do procedimento administrativo	8	16	16 e 17		12	48€
	Seg4617	Introdução ao Excel (a)	8	20	20 e 21		12	48€
	Seg4717	Enquadramento fiscal da partilha e herança indivisa	8	28	28 e 29		12	48€
DEZ	Seg4817	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)	16	4 e 5	4, 5, 6 e 7		24	96€
	Seg4917	Impostos diferidos	8	11	11 e 12	16	12	48€
	Seg5017	Excel avançado e macros (a)	8	14	14 e 15		12	48€
	Seg5117	A tributação em IVA e impostos sobre rendimento das operações relacionadas com imóveis	8	18	18 e 19		12	48€
	Seg5217	Código contributivo	8	21	21 e 22		12	48€

HORÁRIO DIURNO: 12 HORAS (1.º dia: 09h00-13h00 / 14h00-18h00 e 2.º dia: 9h00 -13h00) **Outras** (9h00-13h00 / 14h00-18h00)

HORÁRIO NOTURNO: 19h00-23h00

OBSERVAÇÕES

(a) Só em Lisboa e Porto

NOTAS:

1. As inscrições são feitas exclusivamente pelo sítio internet e até 15 dias antes de cada formação;
2. Nas 48 horas seguintes ao pagamento, consulte o estado da inscrição e acessos à plataforma na Pasta TOC > Formação;
3. Só são admitidas inscrições de Contabilistas Certificados;
4. As inscrições estão limitadas à capacidade das salas;
5. Não se aceitam pedidos de devolução do pagamento após início da formação em que se inscreveu.

LOCAIS FORMAÇÃO PRESENCIAL

CIDADE	LOCAL	MORADA
Angra Heroísmo	Hotel do Caracol	Estrada Regional n.º1 – Silveira
Aveiro	Representação da OCC	Rua Cristóvão Pinho Queimado, 42, Lote 4, Piso 1, Loja 0 - Forca
Beja	NERBE	Rua Cidade de S. Paulo
Braga	Representação da OCC	Praça Camilo Castelo Branco, 37
Bragança	NERBA	Alto das Cantarias – Saída Sul
Castelo Branco	Representação da OCC	Urbanização Quinta Pires Marques-Av. de Espanha, 27 R/C Esq.º
Coimbra	Representação da OCC	Urbanização Panorama, Lote 3 - Loja 1, Monte Formoso
Évora	CCDRA	Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, 193
Faro	Representação da OCC	Rua António Belchior Júnior n.º3
Funchal	Representação da OCC	Avenida da Madalena, 99 Edif. Pç. das Madalenas I, R/C D - St.º António
Guarda	ESTG	Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 50
Horta	Hotel Horta	Rua Marcelino Lima
Leiria	Representação da OCC	Rua Paulo VI (Vale da Cabrita), Lote 44, 23B - Loja 4, R/C
Lisboa	OCC	Avenida Barbosa du Bocage, 45
Ponta Delgada	Representação da OCC	Avenida Infante D. Henrique n.º 71, Solmar Avenida Center, 1.º andar, Loja 136
Portalegre	ESTG	Campus Politécnico, n.º 10
Porto	Representação da OCC	Largo Primeiro de Dezembro, 43
Santarém	Representação da OCC	Avenida Madre Andaluz, 12-B
Setúbal	Representação da OCC	Estrada das Machadas, Urb. Golfinhos Sado, 5 Loja 5-A
Viana Castelo	Crédito Agrícola	Praça Dr. António Feio Ribeiro da Silva
Vila Real	Representação da OCC	Avenida 1.º de Maio, 23
Viseu	Representação da OCC	Rua Dr. António Costa, n.º 12 - Jogueiros



REUNIÕES LIVRES

CALENDÁRIO

ANGRA DO HEROÍSMO

Sala Gaspar Córte-Real | Terceira Mar Hotel
Portões de São Pedro, 1

**26 jan / 23 fev / 23 mar / 27 abr / 25 mai / 29 jun
27 jul / 28 set / 26 out / 23 nov / 14 dez**

AVEIRO

ISCAA | Auditório Joaquim José da Cunha
R. Assoc. Humanitária dos Bombeiros de Aveiro

**11 e 25 jan / 8 e 22 fev / 8 e 22 mar / 12 e 26 abr
10 e 24 mai / 7 e 21 jun / 12 e 26 jul / 13 e 27 set
11 e 25 out / 8 e 22 nov / 13 dez**

BEJA

NERBE | Núcleo Empresarial da Região de Beja
R. Cidade de S. Paulo

**11 e 25 jan / 8 e 22 fev / 8 e 22 mar / 12 e 26 abr
10 e 24 mai / 7 e 21 jun / 12 e 26 jul / 13 e 27 set
11 e 25 out / 8 e 22 nov / 13 dez**

BRAGA

Seminário de Nossa Senhora da Conceição
Rua de S. Domingos, 94-B

**11 e 25 jan / 8 e 22 fev / 15 e 22 mar / 12 e 26 abr
10 e 24 mai / 7 e 21 jun / 12 e 26 jul / 13 e 27 set
11 e 25 out / 8 e 22 nov / 13 dez**

BRAGANÇA

NERBA | Núcleo Empresarial da Região de Bragança
Alto das Cantarias, Saída Sul

**11 e 25 jan / 8 e 22 fev / 8 e 22 mar / 12 e 26 abr
10 e 24 mai / 7 e 21 jun / 12 e 26 jul / 13 e 27 set
11 e 25 out / 8 e 22 nov / 13 dez**

CASTELO BRANCO

Representação da OCC - Urb. Quinta Pires Marques
Av. Espanha, 27, R/C Esq.

**11 jan / 8 fev / 8 mar / 12 abr / 10 mai / 7 jun / 12 jul / 13 set
11 out / 8 nov / 13 dez**

COIMBRA

Representação da OCC
Urb. Panorama, Lt. 3 - Lj. 1, Monte Formoso

**11 e 25 jan / 8 e 22 fev / 8 e 22 mar / 12 e 26 abr
10 e 24 mai / 7 e 21 jun / 12 e 26 jul / 13 e 27 set
11 e 25 out / 8 e 22 nov / 13 dez**

COVILHÃ

Pav. Exposições da Anil, Sala do Conselho Geral - Av. da Anil

**25 jan / 22 fev / 22 mar / 26 abr / 24 mai
21 jun / 26 jul / 27 set / 25 out / 22 nov**

ÉVORA

CCDRA - Com. de Coord. e Desenv. Regional do Alentejo
Av. Eng. Arantes e Oliveira, 193

**11 e 25 jan / 8 e 22 fev / 8 e 22 mar / 12 e 26 abr
10 e 24 mai / 7 e 21 jun / 12 e 26 jul / 13 e 27 set
11 e 25 out / 8 e 22 nov / 13 dez**

FARO

Representação da OCC
Rua António Belchior Júnior, n.º 3

**11 e 25 jan / 8 e 22 fev / 8 e 22 mar / 12 e 26 abr
10 e 24 mai / 7 e 21 jun / 12 e 26 jul / 13 e 27 set
11 e 25 out / 8 e 22 nov / 13 dez**

FUNCHAL

Representação da OCC
Av. da Madalena, 99, Edif. Pç. das Madalenas I, R/C D Santo António

**11 e 25 jan / 8 e 22 fev / 8 e 22 mar / 12 e 26 abr
10 e 24 mai / 7 e 21 jun / 12 e 26 jul / 13 e 27 set
11 e 25 out / 8 e 22 nov / 13 dez**

GUARDA

Escola Superior de Tecnologia e Gestão | Auditório

Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 50

11 e 25 jan / 8 e 22 fev / 8 e 22 mar / 12 e 26 abr

10 e 24 mai / 7 e 21 jun / 12 e 26 jul / 13 e 27 set

11 e 25 out / 8 e 22 nov / 13 dez

HORTA

Hotel do Canal - Lg. Dr. Manuel Arriaga

28 jan / 25 fev / 25 mar / 29 abr / 27 mai / 1 e 29 jul

30 set / 28 out / 25 nov / 16 dez

LEIRIA

Teatro José Lúcio da Silva - Av. Heróis de Angola

11 e 25 jan / 8 e 22 fev / 8 e 22 mar / 12 e 26 abr

10 e 24 mai / 7 e 21 jun / 12 e 26 jul / 13 e 27 set

11 e 25 out / 8 e 22 nov / 13 dez

LISBOA

Faculdade de Medicina Dentária | Auditório

Cidade Universitária

11 e 25 jan / 8 e 15 fev / 8 e 22 mar / 12 e 26 abr

10 e 24 mai / 7 e 21 jun / 12 e 26 jul / 13 e 27 set

11 e 25 out / 8 e 22 nov / 13 dez

PONTA DELGADA

Representação da OCC - Av. Infante D. Henrique n.º 71,

Solmar Avenida Center, 1.º andar, Loja 136

25 jan / 22 fev / 22 mar / 26 abr / 24 mai / 28 jun

26 jul / 27 set / 25 out / 22 nov / 13 dez

PORTALEGRE

Escola Sup. de Tecnologia e Gestão

Anf. de Ensino - Campus Politécnico, n.º 10

11 e 25 jan / 8 e 22 fev / 8 e 22 mar / 12 e 26 abr

10 e 24 mai / 7 e 21 jun / 12 e 26 jul / 13 e 27 set

11 e 25 out / 8 e 22 nov / 13 dez

PORTO

Representação da OCC

Largo Primeiro de Dezembro, 43

11 e 25 jan / 8 e 22 fev / 8 e 22 mar / 12 e 26 abr

10 e 24 mai / 7 e 21 jun / 12 e 26 jul / 13 e 27 set

11 e 25 out / 8 e 22 nov / 13 dez

SANTARÉM

Representação da OCC - Av. Madre Andaluz, 12-B

11 e 25 jan / 8 e 22 fev / 8 e 22 mar / 12 e 26 abr

10 e 24 mai / 7 e 21 jun / 12 e 26 jul / 13 e 27 set

11 e 25 out / 8 e 22 nov / 13 dez

SETÚBAL

Escola Superior de Ciências

Empresariais | Auditório - Campus do IPS | Estefanilha

11 e 25 jan / 8 e 22 fev / 8 e 22 mar / 12 e 26 abr

10 e 24 mai / 7 e 21 jun / 12 e 26 jul / 13 e 27 set

11 e 25 out / 8 e 22 nov / 13 dez

VIANA DO CASTELO

Escola Sup. de Tecnologia e Gestão | Auditório

Avenida do Atlântico

11 e 25 jan / 8 e 22 fev / 8 e 22 mar / 12 e 26 abr

10 e 24 mai / 7 e 21 jun / 12 e 26 jul / 13 e 27 set

11 e 25 out / 8 e 22 nov / 13 dez

VILA REAL

Representação da OCC - Av. 1.º de Maio, n.º 23

11 e 25 jan / 8 e 22 fev / 8 e 22 mar / 12 e 26 abr

10 e 24 mai / 7 e 21 jun / 12 e 26 jul / 13 e 27 set

11 e 25 out / 8 e 22 nov / 13 dez

UIVISEU

Representação da OCC

Rua Dr. António Costa, n.º 12 | Jogueiros

11 e 25 jan / 8 e 22 fev / 8 e 22 mar / 12 e 26 abr

10 e 24 mai / 7 e 21 jun / 12 e 26 jul / 13 e 27 set

11 e 25 out / 8 e 22 nov / 13 dez

NOTAS

Horário: 18h30 às 20h30

Exceções: A. Heroísmo - 18h30 às 22h30,

Horta - 9h às 13h

Ponta Delgada - 19h às 23h

Controlo de Qualidade: 3 créditos

A. Heroísmo, Horta e Ponta Delgada: 6 créditos



FORMAÇÃO DISTÂNCIA



CALENDÁRIO DISTÂNCIA

MÊS	CÓD.	FORMAÇÃO	H	DATA	CQ	VALOR
JAN	Dis0117	Aspetos práticos da contabilidade para microentidades	8	19 jan. a 2 fev.	12	32€
	Dis0217	Organismos de Investimento Coletivo - Sociedades e Fundos de Investimentos	8	19 jan. a 2 fev.	12	32€
	Dis0317	Contencioso Tributário	16	19 jan. a 16 fev	24	64€
	Dis0417	Normas internacionais de contabilidade adotados UE	12	19 jan. a 9 fev	18	48€
	Dis0517	Inventários	8	19 jan. a 2 fev	12	32€
	Dis0617	IVA - Regras de faturação e regime de bens em circulação	8	19 jan. a 2 fev	12	32€
	Dis0717	Enquadramento contabilístico dos subsídios (NCRF 22)	8	19 jan. a 2 fev	12	32€
FEV	Dis0817	Aspetos práticos da contabilidade para pequenas entidades	8	15 fev. a 2 mar.	12	32€
	Dis0917	Encerramento de contas - Aspetos contabilísticos e fiscais	8	15 fev. a 2 mar.	12	32€
	Dis1017	Transição para o SNC-AP	8	15 fev. a 2 mar.	12	32€
	Dis1117	Manifestações de fortuna e outros acréscimos patrimoniais não justificados	8	15 fev. a 2 mar.	12	32€
	Dis1217	Aplicação do IVA e dos Impostos sobre o Redimento às operações transfronteiriças	8	15 fev. a 2 mar.	12	32€
	Dis1317	Atualização fiscal em IRS - aspetos práticos	8	15 fev. a 2 mar.	12	32€
	Dis1417	Revisão das normas contabilísticas	32	1 fev. a 16 mar.	48	128€
MAR	Dis1517	Atualização fiscal em IRC - aspetos práticos	8	1 a 16 mar.	12	32€
	Dis1617	Incentivos e Benefícios fiscais	8	1 a 16 mar.	12	32€
	Dis1717	Contabilista certificado - estatuto e código de ética e deontologia	8	16 a 30 mar.	12	32€
	Dis1817	Perdas por imparidade e créditos incobráveis em IVA e IRC	8	16 a 30 mar.	12	32€
	Dis1917	Questões práticas do regime de férias, feriados e faltas	8	16 a 30 mar.	12	32€
	Dis2017	Enquadramento contabilístico e fiscal das depreciações e amortizações	8	1 a 16 mar.	12	32€
	Dis2117	Apuramento do lucro tributável (Preenchimento do quadro 07 da declaração modelo 22)	8	1 a 16 mar.	12	32€
	Dis2217	Preenchimento da declaração periódica do IVA e anexos	8	1 a 16 mar.	12	32€
	Dis2317	Preenchimento da declaração modelo 3 de IRS	8	1 a 16 mar.	12	32€
	Dis2417	Preenchimento da declaração modelo 22 de IRC	8	5 a 20 abr.	12	32€
ABR	Dis2517	Dossiê Fiscal - organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	16	5 abr. a 4 mai.	24	64€
	Dis2617	Aspetos contabilísticos e fiscais dos contratos de construção	8	19 abr. a 4 mai.	12	32€
	Dis2717	Dossiê de preços de transferência	8	5 abr. a 20 mai.	12	32€
	Dis2817	Contabilidade e relato orçamental no SNC-AP (Norma 26)	8	19 abr. a 4 mai.	12	32€
	Dis2917	Regime fiscal das mais e menos valias (IRS e IRC)	8	5 abr. a 20 mai.	12	32€
Dis3017	Processo de contra-ordenação tributário	8	19 abr. a 4 mai.	12	32€	
MAI	Dis3117	NCRF 13 - Interesses em Empreend. Conj. e Investimentos em Associadas e o método de Equiv. pat.	8	3 a 18 mai.	12	32€
	Dis3217	Aspectos societários relevantes para a contabilidade	12	10 mai. a 1 jun.	18	48€
	Dis3317	A contabilidade de gestão no SNC-AP (Norma 27)	8	3 a 18 mai.	12	32€
	Dis3417	Regime especial de tributação dos grupos de sociedades	8	10 a 25 mai.	12	32€
	Dis3517	Aplicação das convenções para evitar a dupla tributação	8	10 a 25 mai.	12	32€
	Dis3617	A empresa em dificuldades - aspetos legais, contabilísticos e fiscais	8	10 a 25 mai.	12	32€

MÊS	CÓD.	FORMAÇÃO	H	DATA	CQ	VALOR
JUN	Dis3717	Procedimento e processo tributário	16	7 jun. a 6 jul.	24	64€
	Dis3817	Impostos diferidos	8	14 a 29 jun.	12	32€
	Dis3917	Estruturação de um quadro de bordo de apoio à gestão (Balanced Score Card)	12	7 a 29 jun.	18	48€
	Dis4017	Agências de viagem-Aspectos contabilísticos e Fiscais	8	14 a 29 jun.	12	32€
JUL	Dis4117	Enquadramento Contabilístico e Fiscal dos Ativos biológicos (NCRF 17)	16	3 a 27 jul.	24	64€
	Dis4217	Ativos não correntes no SNC-AP	8	5 a 20 jul.	12	32€
	Dis4317	Enquadramento legal, contabilístico e fiscal do setor não lucrativo	16	3 a 27 jul.	24	64€
	Dis4417	A localização das prestações de serviços em IVA	8	5 a 20 jul.	12	32€
SET	Dis4517	O processo de execução fiscal na Administração Fiscal e na Segurança Social	16	3 a 27 jul.	24	64€
	Dis4617	NCRF 10 - Custo dos empréstimos obtidos	8	13 a 28 set.	12	32€
	Dis4717	NCRF 28 - Benefícios dos empregados	8	13 a 28 set.	12	32€
	Dis4817	Atualização fiscal em IVA - aspetos práticos	16	13 set. a 12 out.	24	64€
OUT	Dis4917	Métodos de reação aos atos inspetivos	16	13 set. a 12 out.	24	64€
	Dis5017	Procedimentos dos atos inspetivos - Aplicação prática	8	4 a 19 out.	12	32€
	Dis5117	Contabilidade dos grupos públicos (SNC-AP)	8	4 a 19 out.	12	32€
	Dis5217	Obrigações contabilísticas e fiscais das empresas insolventes	8	4 a 19 out.	12	32€
	Dis5317	Análise económica e financeira das entidades privadas	8	4 a 19 out.	12	32€
NOV	Dis5417	Aquisições de bens e serviços (SNC-AP)	8	4 a 19 out.	12	32€
	Dis5517	Tributação de não residentes - enquadramento fiscal em IRS e IRC	8	2 a 16 nov.	12	32€
	Dis5617	Preparação do mapa fluxos de caixa	8	2 a 16 nov.	12	32€
	Dis5717	Dissolução, Liquidação, Fusão e Cisões de sociedades (aspectos contabilísticos e fiscais)	16	2 a 30 nov.	24	64€
	Dis5817	NCRF 27 - Instrumentos financeiros, aspetos contabilísticos e fiscais	8	2 a 16 nov.	12	32€
	Dis5917	Enquadramento em IVA, IRS, Seg. Social-Categoria B	8	2 a 16 nov.	12	32€
DEZ	Dis6017	Consolidação de contas e método de equivalência patrimonial	16	2 a 30 nov.	24	64€
	Dis6117	Rendimentos de transações (SNC-AP)	8	6 a 21 dez.	12	32€
	Dis6217	O papel do Contabilista no âmbito do Contencioso Tributário	8	6 a 21 dez.	12	32€
	Dis6317	Código Contributivo	8	6 a 21 dez.	12	32€
	Dis6417	Elaboração e preparação das Demonstrações Financeiras Individuais (SNC-AP)	8	6 a 21 dez.	12	32€

NOTAS:

1. As inscrições são feitas exclusivamente pelo sítio internet e até 15 dias antes de cada formação;
2. Nas 48 horas seguintes ao pagamento, consulte o estado da inscrição e acessos à plataforma na Pasta TOC > Informações do Contabilista > Formação;
3. Só são admitidas inscrições de Contabilistas Certificados;
4. Não se aceitam pedidos de devolução do pagamento após início da formação.



CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

JANEIRO
PRESENCIAL

JANEIRO
DISTÂNCIA

Aspetos práticos da contabilidade para microentidades

1. Contexto e enquadramento legal
2. Sistema de Normalização Contabilística
3. Demonstrações Financeiras para Microentidades
4. Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Microentidades - alguns aspectos específicos
 - 4.1. Introdução
 - 4.2. Adopção pela primeira vez da NCRF-ME
 - 4.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
 - 4.4. Ativos fixos tangíveis
 - 4.5. Ativos intangíveis
 - 4.6. Locações
 - 4.7. Empréstimos obtidos
 - 4.8. Inventários
 - 4.9. Rédito
 - 4.10. Provisões
 - 4.11. Subsídios do Governo
 - 4.12. Alterações em taxas de câmbio
 - 4.13. Impostos sobre o rendimento
 - 4.14. Ativos e passivos financeiros
 - 4.15. Benefícios dos empregados

Avelino Antão

JANEIRO
PRESENCIAL

MARÇO
DISTÂNCIA

Questões práticas do regime de férias, feriados e faltas

1. Nota prévia
 - 1.1. O exercício das funções de Contabilista Certificado
 - 1.1.1. As novas funções do Contabilista Certificado
 - 1.1.2. Seguro de Responsabilidade Civil e Profissional
 2. Férias
 - 2.1. Direito a férias
 - 2.2. Duração do período de férias
 - 2.3. Casos especiais de duração do período de férias
 - 2.4. Ano do gozo das férias
 - 2.5. Marcação do período de férias
 - 2.6. Férias de trabalhador-estudante
 - 2.7. Alteração do período de férias por motivo relativo à empresa e por motivo relativo ao trabalhador
 - 2.8. Efeitos da cessação do contrato de trabalho no direito a férias
 - 2.9. Efeitos do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 602/2013
 3. Feriados
 - 3.1. Regime dos feriados
 - 3.2. Feriados obrigatórios e feriados facultativos
 4. Faltas
 - 4.1. Noção e tipos de faltas
 - 4.2. Imperatividade do regime de faltas
 - 4.3. Faltas por motivo de falecimento de cônjuge, parente ou afim
 - 4.4. Falta para assistência a membro do agregado familiar
 - 4.5. Faltas para a prestação de provas de avaliação de trabalhador-estudante
 - 4.6. Comunicação de ausência e prova de motivo justificativo de falta
 - 4.7. Efeitos da falta justificada e da falta injustificada
 - 4.8. Substituição da perda de retribuição por motivo de falta. Limites.

Catarina Pontes



JANEIRO
PRESENCIAL

Empresas transportadoras – Enquadramento legal, aspetos contabilísticos e fiscais

1. Aspetos legais e regulamentação da atividade
2. Aspetos fiscais
 - 1.1 Imposto sobre o valor acrescentado
 - 1.2 Regime normal de IVA – Liquidação do imposto e direito à dedução
 - 1.3 Regras de localização nos transportes intracomunitários e para países terceiros
3. Imposto sobre veículos e imposto único de circulação
4. Imposto sobre o rendimento – principais contingências
5. Organização contabilística e registo das operações
6. O registo de veículos e outras formalidades legais
7. Particularidades no processamento de salários

Paula Franco e João Jacinto

JANEIRO
PRESENCIAL

MARÇO
DISTÂNCIA

Contabilista certificado – – Estatuto e código de ética e deontologia

1. As associações públicas profissionais
2. A Ordem dos Contabilistas Certificados – génese e evolução
3. Órgãos da Ordem e suas competências
4. As funções do Contabilista Certificado e modo do exercício da profissão
5. Os direitos do Contabilista Certificado perante a Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) e outras entidades públicas
6. Os direitos do Contabilista Certificado perante o cliente
7. Os deveres do Contabilista Certificado perante a OCC
8. Os deveres do Contabilista Certificado perante as entidades relativamente às quais presta serviço
9. Os deveres do Contabilista Certificado perante a Administração Tributária – as relações com as entidades públicas e privadas
10. Deveres recíprocos do Contabilista Certificado
11. Responsabilidade disciplinar
12. Responsabilidade subsidiária

Marco Nunes

FEVEREIRO
PRESENCIAL

Residência fiscal e alojamento local

1. Residência fiscal
 - 1.1. Conceito de residência fiscal
 - 1.2. Âmbito de sujeição no IRS
 - 1.3. As convenções para evitar a dupla tributação
 - 1.4. Crédito de imposto para eliminar a dupla tributação jurídica internacional
 - 1.5. Obrigações declarativas
 - 1.6. Residentes não habituais
2. A atividade de alojamento local
 - 2.1 Os rendimentos prediais em IRS e IRC
 - 2.2 Prestações de serviços de alojamento local
 - 2.3 Obrigações legais
3. O enquadramento em IVA
 - 3.1 Prestações de serviços de alojamento local
 - 2.2 Os intermediários – Comissões
4. Tratamento contabilístico específico da atividade
5. Enquadramento em IMI e IMT

Marília Fernandes e Paula Franco

FEVEREIRO
PRESENCIAL

MARÇO
DISTÂNCIA

Preenchimento da declaração periódica do IVA e anexos

1. Conteúdos programáticos
2. Incidência
 - 2.1. Legislação
 - 2.2. Quem deve apresentar a Declaração Periódica
 - 2.3. Quem está dispensado de apresentar a Declaração Periódica
 - 2.4. Quando e onde deve ser apresentada a Declaração Periódica
 - 2.5. Quais as operações e imposto a incluir na Declaração Periódica
 - 2.6. Quais as operações excluídas da Declaração Periódica
3. Preenchimento da Declaração Periódica
4. Anexo R – Operações fora do local da sede (circunscrições)
5. Anexo clientes - Relação de clientes – Pedido de reembolso
6. Anexo fornecedores – Relação de fornecedores – Pedido de reembolso
7. Anexo regularizações – Relação dos sujeitos passivos a que respeitam as regularizações – Pedido de reembolso
8. Anexo regularizações do Campo 40
9. Anexo regularizações do Campo 41
10. Declaração recapitulativa

Jorge Carrapiço



FEVEREIRO
PRESENCIAL

FEVEREIRO
DISTÂNCIA

Transição para o SNC-AP

1. Do POCP ao SNC-AP
2. Subsistema da Contabilidade Financeira
3. Reconhecimento e mensuração
4. Balanço de abertura de acordo com as NCP
5. Ajustamentos resultantes de alterações nas políticas contabilísticas
6. Primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCP
7. Informação comparativa

FEVEREIRO
PRESENCIAL

FEVEREIRO
DISTÂNCIA

Encerramento de contas – Aspetos contabilísticos e fiscais

1. A contabilidade como sistema de informação
2. A prestação de contas
3. Operações anteriores ao encerramento das contas
4. Operações de encerramento
5. Apuramento dos resultados
6. Preparação das demonstrações financeiras
7. A declaração modelo 22: função e prazos de apresentação
8. Tipos de sujeitos passivos
9. Quadro 07 da declaração modelo 22
10. Quadro 09 da declaração modelo 22 e anexo D
11. Rendimentos isentos e o anexo D
12. Dedução de prejuízos fiscais
13. Quadro 10 da declaração modelo 22
14. Apuramento da coleta e o anexo C – Regiões autónomas
15. O regime simplificado e o anexo E
16. A IES – Informação Empresarial Simplificada
17. O dossiê fiscal

Domingos Cascais e José Pedro Farinha

FEVEREIRO
PRESENCIAL

FEVEREIRO
DISTÂNCIA

Aspetos práticos da contabilidade para pequenas entidades

1. Enquadramento legal e demonstrações financeiras
 - 1.1. Enquadramento legal do Sistema de Normalização Contabilística
 - 1.2. Noção de pequena entidade
 - 1.3. Regime das pequenas entidades
 - 1.4. A aplicação do regime de pequenas entidades
 - 1.5. Inventário permanente e pequenas entidades
 - 1.6. Disposições supletivas gerais
 - 1.7. Demonstrações financeiras modelos reduzidos
2. Estrutura conceptual
3. A importância acrescida da EC no contexto do novo SNC
4. Alguns aspetos específicos
 - 4.1. Introdução
 - 4.2. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
 - 4.3. Ativos fixos tangíveis
 - 4.4. Ativos intangíveis
 - 4.5. Locações
 - 4.6. Empréstimos obtidos
 - 4.7. Inventários
 - 4.8. Rébito
 - 4.9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
 - 4.10. Subsídios do governo
 - 4.11. Alterações em taxas de câmbio
 - 4.12. Impostos sobre o rendimento
 - 4.13. Instrumentos financeiros
 - 4.14. Benefícios dos empregados

Avelino Antão

FEVEREIRO
PRESENCIAL

FEVEREIRO
DISTÂNCIA

Atualização fiscal em IRS – aspetos práticos

1. Incidência real – as categorias de IRS
2. Sujeito passivo e agregado familiar
3. Residência fiscal e âmbito de sujeição
4. Determinação do rendimento tributável
 - 4.1. Rendimentos do trabalho dependente
 - 4.2. Rendimentos empresariais e profissionais
 - 4.3. Rendimentos de capitais
 - 4.4. Rendimentos prediais
 - 4.5. Incrementos patrimoniais
 - 4.6. Pensões
5. Deduções de perdas
6. Determinação do rendimento coletável
7. Taxas
8. Liquidação
9. Retenção na fonte

Marília Fernandes



MARÇO
PRESENCIAL

MARÇO
DISTÂNCIA

Atualização fiscal em IRC – aspetos práticos

1. Incidência e extensão
2. Período de tributação
3. Isenções
4. Regime de transparência fiscal
5. A determinação da matéria coletável das entidades que exercem a título principal atividade de natureza comercial industrial e agrícola
6. A determinação da matéria coletável das entidades do setor não lucrativo
7. Outras disposições
 - 7.1 Preços de transferência
 - 7.2 Correção ao valor de transmissão de direitos reais sobre bens imóveis
 - 7.3 Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento
 - 7.4 Regime simplificado de determinação da matéria coletável
8. Taxas
9. Regras de liquidação
10. Pagamentos de IRC

Ana Cristina Silva

MARÇO
PRESENCIAL

MARÇO
DISTÂNCIA

Incentivos e benefícios fiscais

1. Definições e conceitos
2. Benefícios fiscais de carácter estrutural
 - 2.1. Benefícios fiscais de natureza social
 - 2.2. Benefícios fiscais à poupança
 - 2.3. Benefícios fiscais ao reinvestimento de capitais nas empresas e fomento de novas entradas
 - 2.4. Benefícios fiscais relativos a imóveis
 - 2.5. Benefícios fiscais ao mecenato
 - 2.6. Benefícios fiscais às cooperativas
3. Código Fiscal ao Investimento
 - 3.1 Benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo
 - 3.2. Regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI)
 - 3.3. Dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR)
 - 3.4. Sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial (SIFIDE II)
4. Limitações em IRS e IRC aos benefícios fiscais
5. Outras isenções no âmbito do Estatuto dos Benefícios Fiscais com relevância
6. Outros benefícios/incentivos

Domingos Carlos Lemos Martins

MARÇO
PRESENCIAL

ABRIL
DISTÂNCIA

Contabilidade e relato orçamental no SNC-AP (Norma 26)

1. Conceitos
2. Enquadramento da NCP 26
3. Ciclo orçamental
4. Registos contabilísticos
5. Execução orçamental da receita e da despesa
6. Demonstrações orçamentais
7. Exemplos práticos

João Carvalho

MARÇO
PRESENCIAL

ABRIL
DISTÂNCIA

Dossiê de preços de transferência

1. Enquadramento fiscal – nacional e internacional
2. Atuação da Administração Tributária e penalidades aplicáveis
3. Metodologia de análise dos preços de transferência e métodos aplicáveis
4. Constituição do dossiê de preços de transferência
 - 4.1. O papel do contabilista certificado
 - 4.2. Fontes de informação e contributo dos vários departamentos da entidade
 - 4.3. Estrutura do dossiê de preços de transferência

Pedro Galego



Preenchimento da declaração modelo 3 de IRS

1. A declaração modelo 3 – breve enquadramento
2. Folha de rosto
 - 2.1. Incidência pessoal
 - 2.2. Conceitos de agregado familiar e de dependente
 - 2.3. Tributação separada e opção pela tributação conjunta
3. Anexo A
 - 3.1. Categoria A – Rendimentos de trabalho dependente
 - 3.2. Categoria H – Rendimentos de pensões
4. Anexo B
 - 4.1. Categoria B – Rendimentos empresariais e profissionais
 - 4.2. Regime simplificado e coeficientes aplicáveis
 - 4.3. Atos isolados
 - 4.4. Momento de sujeição a IRS
5. Anexo B
 - 5.1. Categoria B – Rendimentos empresariais
 - 5.2. Regime de tributação com base na contabilidade
 - 5.3. Correções fiscais
6. Anexo D
 - 6.1. Sociedades no regime de transparência fiscal
 - 6.3. ACE/AEIE
 - 6.4. Rendimentos de heranças indivisas
7. Anexo E
 - 7.1. Categoria E – Rendimentos de capitais
 - 7.2. Rendimentos com englobamento obrigatório
 - 7.3. Opção pelo englobamento

8. Anexo F
 - 8.1. Categoria F - Rendimentos prediais
 - 8.2. Deduções permitidas
 - 8.3. Taxa autónoma e opção pelo englobamento
9. Anexo G
 - 9.1. Categoria G - Incrementos patrimoniais
 - 9.2. Mais valias em imóveis e reinvestimento
10. Anexo G1
11. Anexo H
 - 11.1. Deduções à coleta
 - 11.2. Benefícios fiscais
 - 11.3. E-fatura e outras fontes de informação
12. Anexo I
 - 12.1. Heranças indivisas
13. Anexo J
 - 13.1. Rendimentos obtidos no estrangeiro
 - 13.2. Dupla tributação internacional
14. Anexo L
 - 14.1. Residentes não habituais

MARÇO

PRESENCIAL

ABRIL

DISTÂNCIA

Preenchimento da declaração modelo 22 de IRC

1. A declaração modelo 22 – enquadramento
 - 1.1. Período de tributação
 - 1.2. Tipos de sujeitos passivos
 - 1.3. Regimes de tributação
 - 1.4. Tipos de declarações e declarações especiais
2. Entidades que exercem a título principal atividade de natureza comercial, industrial e agrícola
 - 2.1. Apuramento do lucro tributável – quadro 07
 - 2.3. Dedução de prejuízos fiscais
 - 2.4. Cálculo do imposto
 - 2.4.1. Taxas de IRC
 - 2.4.2. Deduções à coleta
 - 2.4.3. Resultado da liquidação (artigo 92.º do CIRC)
 - 2.4.4. Tributações autónomas
 - 2.4.5. Derrama estadual
3. Entidades que não exercem a título principal atividade de natureza comercial, industrial e agrícola
 - 3.1. Ligação com a IES
 - 3.2. Determinação da matéria coletável
 - 3.3. Cálculo do imposto
 - 3.3.1. Taxa de IRC e tributações autónomas
4. Anexo D à declaração modelo 22 (benefícios fiscais)

Abílio Sousa

ABRIL

PRESENCIAL

JANEIRO

DISTÂNCIA

IVA – Regras de faturação e regime dos bens em circulação

1. Regras da faturação
 - 1.1. Obrigação de emissão de faturas
 - 1.2. Situações de dispensa de emissão de faturas
 - 1.3. Requisitos das faturas
 - 1.4. Requisitos da fatura simplificada
 - 1.5. O caso especial da fatura recibo eletrónica
 - 1.6. Menções obrigatórias
 - 1.7. Formas de emissão da faturação
 - 1.8. A obrigação de dispor de faturação certificada
 - 1.9. O SAFT da faturação e as formas de comunicação das faturas
2. Regime dos bens em circulação
 - 2.1. Emissão e processamento dos documentos de transporte
 - 2.2. Elementos obrigatórios
 - 2.3. Documento de transporte global
 - 2.4. Situações específicas
 - 2.5. Comunicação à AT dos elementos dos documentos de transporte
 - 2.6. Infrações
 - 2.7. Tipografias autorizadas e suas obrigações

Jorge Carrapiço e Paula Franco



ABRIL

PRESENCIAL

MAIO

DISTÂNCIA

A contabilidade de gestão no SNC-AP (Norma 27)

1. Objetivos e âmbito
2. Definições
3. Critérios de imputação dos custos indiretos
4. Divulgações
5. Exemplos práticos

João Carvalho e Patrícia Gomes

ABRIL

PRESENCIAL

RFAI – Regime Fiscal de Apoio ao Investimento

1. Enquadramento
 - 1.1. Código fiscal ao investimento
 - 1.2. A legislação europeia e os auxílios estatais com finalidade regional
2. Regime fiscal de apoio ao investimento
 - 2.1. Beneficiários e requisitos a cumprir
 - 2.2. Investimentos relevantes
 - 2.3. Incentivos concedidos e aplicação temporal
 - 2.4. Cumulação com outros benefícios
3. O RFAI e os limites aplicáveis aos auxílios estatais com finalidade regional
4. Obrigações acessórias

ABRIL
PRESENCIAL

ABRIL
DISTÂNCIA

Dossiê fiscal – Organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras

1. Normativos contabilísticos e necessidades de divulgação
2. O anexo
 - 2.1. SNC – modelo geral
 - 2.2. NCRF-PE
 - 2.3. NC-ME
 - 2.4. NCRF-ESNL
3. Processo de documentação fiscal em IRS e IRC – dossiê fiscal
 - 3.1 Normativo aplicável
 - 3.2. Conservação e acesso por parte da Administração Fiscal
 - 3.3. Documentos que integram o dossiê fiscal
 - 3.4. A importância do dossiê fiscal – análise de alguns casos
 - 3.5. Processo de documentação fiscal – preços de transferência

Rui Sousa

ABRIL
PRESENCIAL

JULHO
DISTÂNCIA

A localização das prestações de serviços em IVA

1. Características e regras principais do imposto sobre o valor acrescentado
 - 1.1. As características do IVA
 - 1.2. Procedimento de resolução de uma questão em IVA
 - 1.3. Âmbito de aplicação territorial do imposto
 - 1.4. Operações sujeitas
 - 1.5. Sujeitos passivos do imposto
 - 1.6. Taxas
2. A localização das prestações de serviços em IVA
 - 2.1. O que significa localizar uma operação para efeitos de IVA?
 - 2.2. As novas regras da localização das prestações de serviços
 - 2.3. Estrutura do art.º 6º do CIVA
 - 2.4. Conceitos relevantes para efeitos de aplicação das regras de localização das operações – Os regulamentos de aplicação da Diretiva IVA e o CIVA
 - 2.5. As regras da localização das prestações de serviços
 - 2.6. A localização das operações efetuadas entre o Continente e as Regiões Autónomas
3. Obrigações dos sujeitos passivos decorrentes das regras de localização das prestações de serviços
 - 3.1. A declaração recapitulativa
 - 3.2. A declaração periódica
 - 3.3. Nomeação de representante fiscal
 - 3.4. Regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso
 - 3.5. O direito à dedução do IVA suportado no estrangeiro
4. Regime do Mini Balcão Único

Clotilde Palma



MAIO
PRESENCIAL

MAIO
DISTÂNCIA

Regime especial de tributação dos grupos de sociedades

1. Introdução
2. Coligação de sociedades no Código das Sociedades Comerciais
3. Investimentos em partes da capital no SNC
4. Enquadramento teórico no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS)
5. Âmbito e condições de aplicação do RETGS
6. Regras de apuramento e pagamento do imposto
7. Incidências contabilísticas do RETGS
8. Virtudes e vicissitudes do RETGS
9. Conclusões e tópicos de reflexão

Duarte Nuno Rodrigues da Rocha Araújo

MAIO
PRESENCIAL

JUNHO
DISTÂNCIA

Procedimento e processo tributário

1. Noção, âmbito e princípios fundamentais do procedimento tributário
2. Procedimentos tributários
 - 2.1 Procedimentos prévios de informação e avaliação
 - 2.2 Procedimento de liquidação
 - 2.3 Procedimento de reconhecimento de benefícios fiscais
 - 2.4. Procedimento de recurso hierárquico
 - 2.5 Procedimento de reclamação graciosa
 - 2.6 Procedimento de cobrança
 - 2.7 Procedimento de correção de erros da Administração Tributária
3. Processo tributário
 - 3.1 Processo de impugnação judicial
 - 3.2 Processo de execução fiscal
 - 3.3 Recursos

Jorge Costa

MAIO
PRESENCIAL

Regime simplificado no SNC-AP

1. O SNC-AP – Enquadramento geral
2. A Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto - Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
3. O regime previsto para as pequenas entidades: NCP-PE (resumo das 25 NCP)
4. Plano de contas multidimensional
5. O regime previsto para para as micro entidades (NCP 26)
6. Critérios de reconhecimento e mensuração
7. Divulgação do inventário do património

João Carvalho

MAIO
PRESENCIAL

Procedimentos e obrigações decorrentes da cessação do contrato de trabalho

1. Modalidades de cessação do contrato de trabalho
2. Obrigações das partes decorrentes da cessação do contrato
3. Procedimento a seguir para a extinção do posto de trabalho
4. O despedimento coletivo: etapas e regras a seguir
5. Enquadramento jurídico do despedimento por inadaptação
6. Cálculo das indemnizações devidas pelo despedimento por extinção do posto de trabalho, coletivo e por inadaptação
7. Caducidade do contrato: documentos e enquadramento legal
8. Cálculo da compensação por caducidade
9. Procedimento de cessação do contrato por motivo imputável ao trabalhador
10. Denúncia do contrato: documentos e procedimento
11. Resolução do contrato pelo trabalhador: motivos, procedimento e direitos do trabalhador
12. Revogação do contrato por mútuo consentimento: formalidades, documentos e suporte e enquadramento legal
13. Cálculo dos direitos adquiridos
14. Prazo da exigibilidade dos direitos decorrentes da cessação do contrato

Filipa Magalhães



JUNHO
PRESENCIAL

OUTUBRO
DISTÂNCIA

Obrigações contabilísticas e fiscais das empresas insolventes

1. A situação de insolvência
2. Sujeitos suscetíveis de declaração de insolvência
3. Efeitos da declaração de insolvência
4. O processo de insolvência
5. Obrigações fiscais após a declaração de insolvência
 - 5.1. A declaração de alterações
 - 5.2. Obrigações declarativas e de pagamento
 - 5.2.1. Em IRC
 - 5.2.2. Em IVA
 - 5.2.3. Outros impostos
 - 5.3. Regularizações
 - 5.3. Benefícios fiscais no decurso da insolvência
6. Responsabilidade pelo cumprimento das obrigações fiscais
7. A prestação e registo de contas

Ana Arromba Dinis

JUNHO
PRESENCIAL

Garantias dos contribuintes

1. Introdução
2. Fonte jurídico-constitucional
3. Enquadramento histórico
4. Caracterização das garantias
5. Garantias não impugnatórias
6. Garantias impugnatórias
7. Conclusões

Jesuíno Martins

JUNHO
PRESENCIAL

JULHO
DISTÂNCIA

Ativos não correntes no SNC-AP

1. Ativos fixos tangíveis (NCP 5)
2. Propriedades de investimento (NCP 8)
3. Imparidade de ativos (NCP 9)
4. Registos contabilísticos na classe 4 e classe 6
5. Classificador complementar 2 — Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis
6. Este classificador substitui a Portaria n.º 671
7. Exemplos práticos

JUNHO
PRESENCIAL

Sistema de custeio e de contabilidade de gestão

Parte I: Conceitos básicos

- I.1. Introdução
- I.2. Custos, gastos e objetos de custo
- I.3. Classificações dos custos
- I.4. Níveis de custeio
- I.5. Técnicas de custeio
- I.6. Técnicas de custeio: um exemplo
 - I.6.1. Introdução
 - I.6.2. Medida de produção
 - I.6.3. Técnica de custeio variável
 - I.6.4. Técnica de custeio total
 - I.6.5. Técnica de custeio racional

Parte II: Métodos de Custeio

- II.1. Métodos de custeio relativamente aos custos diretos
 - II.1.1. Método de custeio direto – *job costing*
 - II.1.2. Método de custeio indireto – *process costing*
- II.2. Método de custeio relativamente aos custos indiretos
 - II.2.1. A repartição primária, secundária e terciária dos custos indiretos
- II.3. Análise dos custos indiretos
 - II.3.1. Introdução
 - II.3.2. Um modelo simplificado para repartição de custos indiretos
 - II.3.3. Um modelo mais sofisticado para repartição de custos indiretos

Parte III: Informação de custos e decisões de gestão

- III.1. Introdução
- III.2. Informação de Custos e Decisões de Curto Prazo
- III.3. Gestão de Custos no Longo Prazo

Graça Maciel, João Ribeiro e João Oliveira



JULHO
PRESENCIAL

MAIO
DISTÂNCIA

Aspetos societários relevantes para a contabilidade

1. Constituição de sociedades e cooperativas
2. A transmissão de participações sociais
3. Aumento de capital
4. Amortização de partes de capital
5. Redução de partes de capital
6. Quotas e Ações próprias
7. Realização de prestações acessórias e suplementares
8. Perda de metade do capital
9. A aplicação de resultados – constituição de reservas e distribuição de lucros

Paulo Jorge Seabra dos Anjos

JUNHO
PRESENCIAL

Fiscalidade internacional

1. Conceito e conteúdo da Fiscalidade Internacional
 - 1.1. Fontes
 - 1.2. Os tratados internacionais
2. Dupla tributação internacional
 - 2.1. Conceito
 - 2.2. Os conflitos internacionais de tributação
 - 2.3. Método da isenção
 - 2.4. Método da imputação
 - 2.5. Acordos de dupla tributação: relação entre normas fiscais convencionais e domésticas
3. Preços de transferência
 - 3.1. Conceito
 - 3.2. Objetivos
4. Elisão fiscal
 - 4.1. Conceito
 - 4.2. Mecanismos internacionais de reação à elisão fiscal
 - 4.2.1. A diretiva comunitária anti elisão fiscal
5. Em IRS
 - 5.1. Âmbito de sujeição em IRS
 - 5.2. Determinação da residência fiscal no CIRS
 - 5.3. Determinação da residência fiscal nos ADT
 - 5.4. Formas de tributação dos não residentes
 - 5.4.1. Aplicação de taxas liberatórias
 - 5.4.2. Tributação a final
 - 5.5. A dupla tributação e o papel dos ADT
6. Em IRC
 - 6.1. Âmbito de sujeição em IRC
 - 6.2. Residentes com estabelecimento estável
 - 6.2.1. Base do imposto e determinação da matéria coletável
 - 6.2.2. Obrigações fiscais
 - 6.3. Residentes sem estabelecimento estável
 - 6.3.1. Formas de tributação
 - 6.3.1.1. Tributação por retenção a título definitivo
 - 6.3.1.2. Tributação a final com obrigação declarativa
 - 6.3.2. A dupla tributação e o papel dos ADT
7. Benefícios fiscais, em IRS e IRC, a não residente
8. Em IVA
 - 8.1. Conceito de IVA no direito comunitário
 - 8.2. A Diretiva IVA
 - 8.3. O IVA nas operações transfronteiriças
9. O relatório BEPS e as suas medidas

Amândio Silva e João Ferreira Silva

JULHO
PRESENCIAL

Aspetos fiscais dos direitos de autor

1. Breve enquadramento
2. O conteúdo do direito de autor
3. Direitos conexos
4. Tratamento fiscal em IRS
- 4.1. Categoria B – Rendimentos empresariais e profissionais
- 4.2. Benefícios concedidos à propriedade intelectual
- 4.3. Retenção na fonte
5. Tratamento fiscal em IVA
- 5.1. Isenções aplicáveis
- 5.1.1. Transmissão do direito de autor ou de direitos conexos
- 5.1.2. Transmissão de obra literária, científica, técnica ou artística editada sob forma bibliográfica

José Alberto Pinheiro Pinto e Cristina Pinto

JULHO
PRESENCIAL

Alterações aos regimes de IVA

1. O regime normal de IVA
- 1.1 O regime normal de IVA com direito integral à dedução
- 1.2 O regime normal do IVA com atividades mistas
2. Regime de prática exclusiva de operações isentas que não conferem direito à dedução
3. O regime especial de isenção
4. O regime especial dos pequenos retalhistas
5. Mudanças de regimes: prazos, obrigações e regularizações do IVA
- 5.1 Saídas do regime normal
- 5.1.1 Para o regime especial de isenção
- 5.1.2 Para o regime dos pequenos retalhistas
- 5.1.3 Para o regime de prática de operações isentas que não conferem direito à dedução
- 5.1.4 Para o regime normal com atividades mistas
- 5.1.5 Mudanças de periodicidade
- 5.2 Saídas do regime normal com atividades mistas
- 5.2.1 Para o regime normal com direito integral à dedução
- 5.2.2 Para o regime prática exclusiva de operações isentas que não conferem direito à dedução
- 5.3 Saídas do regime especial de isenção
- 5.3.1 Para o regime normal
- 5.3.2 Para o regime normal com atividades mistas
- 5.3.3 Para o regime especial dos pequenos retalhistas
- 5.4 Saídas do regime especial dos pequenos retalhistas
- 5.4.1 Para o regime normal
- 5.4.2 Para o regime normal com atividades mistas
- 5.4.3 Para o regime especial de isenção
- 5.4.4 Para o regime de prática exclusiva de operações isentas que não conferem direito à dedução
- 5.5 Saídas do regime de prática exclusiva de operações isentas que não conferem direito à dedução
- 5.5.1 Para o regime normal
- 5.5.2 Para o regime normal com atividades mistas
- 5.5.3 Para o regime especial de isenção
- 5.5.4 Para o regime especial dos pequenos retalhistas

Rui Bastos



IEC – Impostos Especiais sobre o Consumo

1. Noções sobre Impostos Especiais sobre o Consumo
2. Impostos Especiais sobre o Consumo harmonizados pelo Direito Comunitário
3. Parte Geral do Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo
 - 3.1. Princípios e regras gerais
 - 3.2. Liquidação, pagamento e reembolso do imposto
 - 3.3. Produção, transformação e armazenagem em regime de suspensão
 - 3.4. Circulação em regime de suspensão
 - 3.5. Perdas e inutilização
 - 3.6. Garantias
 - 3.7. Circulação e tributação após a introdução no consumo
4. Parte especial do Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo
 - 4.1. Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos
 - 4.1.1. Incidência
 - 4.1.2. Isenções específicas e taxas reduzidas
 - 4.1.3. Base tributável
 - 4.1.4. Taxas aplicáveis (Continente e Regiões Autónomas)
 - 4.1.5. Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR)
 - 4.1.6. Adicionamento sobre as emissões de CO₂
 - 4.2. Imposto sobre o tabaco
 - 4.2.1. Incidência
 - 4.2.2. Base tributável
 - 4.2.3. Taxas
 - 4.2.4. Isenções
 - 4.2.5. Regras especiais de produção, de introdução no consumo
 - 4.2.6. Comercialização
 - 4.2.7. Selagem
 - 4.2.8. Controlo de entrepostos fiscais de produção de tabaco
 - 4.2.9. Preço de venda ao público
 - 4.3. Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas
 - 4.3.1. Incidência
 - 4.3.2. Base tributável
 - 4.3.3. Taxas
 - 4.3.4. Isenções
 - 4.3.5. Produção e circulação
 - 4.3.6. Álcool desnaturado e operações de desnaturação
 - 4.3.7. Regras de comercialização do álcool para fins terapêuticos e sanitários
 - 4.3.8. Casos especiais dos pequenos produtores de vinho, de pequenas cervejeiras e destilarias
 - 4.3.9. Selagem de bebidas espirituosas
5. Análise de casos práticos

Carlos Vicente

NCRF 10 – Custo dos empréstimos obtidos

1. Introdução
2. Objetivo da norma
3. Âmbito
4. Definições
5. Reconhecimento
6. A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos
7. Diferenças em relação ao POC
8. Divulgações

José Pedro Farinha

SETEMBRO
PRESENCIAL

O regime das infrações tributárias na ótica do contabilista certificado

1. Princípios gerais do regime sancionatório tributário:
 - 1.1. Normas aplicáveis aos crimes tributários
 - 1.2. Normas aplicáveis às contra-ordenações
2. O processo penal tributário
3. O processo de contra-ordenações tributárias:
 - 3.1. Processo de aplicação das coimas
 - 3.2. Fase administrativa
 - 3.3. Fase judicial
4. Das infrações tributárias em especial:
 - 4.1. Crimes tributários
 - 4.2. Crimes tributários comuns
 - 4.3. Crimes aduaneiros
 - 4.4. Crimes fiscais
 - 4.5. Crimes contra a segurança social
 - 4.6. Contra-ordenações tributárias
 - 4.7. Contra-ordenações aduaneiras
 - 4.8. Contra-ordenações fiscais

Hugo Carolino

SETEMBRO
PRESENCIAL

NOVEMBRO
DISTÂNCIA

NCRF 27 – Instrumentos financeiros, aspetos contabilísticos e fiscais

1. Breve perspetiva legal e financeira
 - 1.1. Ações
 - 1.2. Obrigações
 - 1.3. Unidades de Participação em OIC
 - 1.4. Empréstimos
 - 1.5. Instrumentos financeiros derivados
2. Enquadramento contabilístico - IAS 39 e NCRF 27
 - 2.1. Definições
 - 2.2. Reconhecimento
 - 2.3. Mensuração
 - 2.4. Imparidade
 - 2.5. Desreconhecimento
 - 2.6. Contabilização de cobertura de risco
3. A tributação em sede de IRC
 - 3.1. Enquadramento geral
 - 3.2. Justo valor (resultados e capitais próprios)
 - 3.3. Custo amortizado
 - 3.4. As regras fiscais aplicáveis à contabilidade de cobertura
 - 3.5. Perdas por imparidade em contas a receber e créditos incobráveis
 - 3.6. As regras gerais e limitações específicas à dedutibilidade dos gastos e perdas
 - 3.7. Obrigações fiscais acessórias
4. Notas sobre a tributação em sede de Imposto do Selo

António Dias e Rodrigo Domingues



SETEMBRO
PRESENCIAL

OUTUBRO
DISTÂNCIA

Aquisições de bens e serviços (SNC-AP)

1. Inventários (NCP 9)
2. Análise ao registos na classe 3 e 6 do PCM
3. Contratos de construção (NCP 12)
4. Exemplos práticos

SETEMBRO
PRESENCIAL

SETEMBRO
DISTÂNCIA

Atualização fiscal em IVA – aspetos práticos

1. Incidência
 - 1.1. Incidência objetiva
 - 1.2. Incidência subjetiva
 - 1.3. Localização das operações
 - 1.4. Facto gerador e exigibilidade do imposto
2. Isenções
3. Valor tributável
4. Taxas
5. Liquidação e dedução
6. Deduções parciais e regularizações
7. Obrigações dos sujeitos passivos
8. Regularizações do imposto
9. Regimes especiais

José Roriz

SETEMBRO
PRESENCIAL

SETEMBRO
DISTÂNCIA

NCRF 28 – Benefícios aos empregados

1. Introdução
2. Benefícios dos empregados
 - 2.1. Benefícios a curto prazo dos empregados
 - 2.2. Benefícios pós-emprego
 - 2.3. Outros benefícios a longo prazo dos empregados
 - 2.4. Benefícios de cessação de emprego
 - 2.5. Benefícios de remuneração em capital próprio
3. Código de Contas
4. Reconhecimento e Mensuração
 - 4.1. Benefícios a curto prazo dos empregados
 - 4.2. Benefícios pós-emprego
 - 4.3. Outros benefícios a longo prazo dos empregados
 - 4.4. Benefícios de cessação de emprego
 - 4.5. Benefícios de remuneração em capital próprio
5. Divulgações

Cristina Ferreira

OUTUBRO
PRESENCIAL

NOVEMBRO
DISTÂNCIA

Consolidação de contas e método da equivalência patrimonial

1. Contabilização dos Investimentos financeiros no SNC
 - 1.1 Investimentos em associadas e interesses em empreendimentos conjuntos
 - 1.2. Investimentos em subsidiárias
 - 1.3. Outros investimentos
 - 1.4. Definição de influência significativa e definição de controlo
 - 1.5. Método de equivalência patrimonial
 - 1.6. *Goodwill* e *Badwill*
2. Consolidação de contas
 - 2.1. Enquadramento legal e conceitos relevantes
 - 2.2. O processo de consolidação
 - 2.3. Limitações da consolidação
 - 2.4. Preparação da consolidação e escolha dos métodos
 - 2.5. Ajustamentos prévios
 - 2.6. As operações de consolidação

Ricardo Antas Oliveira



OUTUBRO
PRESENCIAL

Enquadramento prático da contratação pública

1. Legislação de enquadramento
2. Âmbito de aplicação do código dos contratos públicos
3. Tipos de procedimentos pré-contratuais
4. Tramitação procedimental comum
5. Tramitação do ajuste direto simplificado
6. Tramitação do ajuste direto
7. Tramitação do concurso público
8. Concurso limitado por prévia qualificação
9. Tramitação do procedimento de negociação
10. Tramitação do diálogo concorrencial
12. Acordos-quadros (art. 251.º ss.)
13. Plataformas eletrónicas
14. Garantias dos interessados - (meios de impugnação)
15. Plataformas eletrónicas

João Carlos Silva

OUTUBRO
PRESENCIAL

Gestão e organização dos tempos de trabalho e não trabalho

1. O tempo de trabalho como elemento essencial do contrato
2. Obrigações da entidade empregadora: registo e elaboração dos horários
3. Modalidades de horários de trabalho
4. O horário rígido e as consequências dos atrasos
5. Horário flexível, controlo da assiduidade e pontualidade e cumprimento do horário estipulado
6. Isenção de horário de trabalho: documento necessário, suas modalidades e deveres e direitos dos trabalhadores
7. Trabalho noturno: suplemento remuneratório e enquadramento legal
8. Trabalho por turnos: tipos de turnos, direitos e deveres dos trabalhadores e eventual direito a suplemento remuneratório
9. Regime do trabalho suplementar: conceito, registo, exigibilidade, direito ao pagamento e descanso compensatório
10. Alteração dos horários de trabalho
11. Os tempos de não trabalho: férias, faltas e feriados
12. Modalidades de faltas e seus requisitos
13. Consequências das faltas
14. Regime das férias: aquisição, consolidação, vencimento e gozo
15. Regimes de férias: contabilização dos dias
 - 15.1 Férias no ano da contratação e no ano seguinte
 - 15.2 Regime regra dos trabalhadores com antiguidade superior a um ano
 - 15.3 Contratos a termo de duração inferior a 6 meses
 - 15.4 Férias no ano de início e cessação do impedimento prolongado
 - 15.5 Férias no ano da cessação do contrato
16. Direito à retribuição das férias e pagamento de subsídio de férias (regras quanto ao cálculo)
17. Regime dos feriados e das “pontes”

Filipa Magalhães

OUTUBRO
PRESENCIAL

MARÇO
DISTÂNCIA

Enquadramento contabilístico e fiscal das depreciações e amortizações

1. Cálculo e contabilização das amortizações e depreciações
 - 1.1. Noção de amortização e depreciação
 - 1.2. Conceito e cálculo da vida útil
 - 1.3. Métodos de cálculo de depreciações e amortizações
 - 1.4. Revisão da vida útil
 - 1.5. Ativos depreciáveis
2. Regime fiscal das amortizações e depreciações
 - 2.1. Normativos - O Código do IRC e o Decreto Reg. n.º 25/2009
 - 2.2. Valorimetria dos elementos depreciáveis ou amortizáveis
 - 2.3. Período de vida útil e taxas aplicáveis
 - 2.4. Métodos de cálculo de depreciações e amortizações
 - 2.5. A depreciação de terrenos e edifícios
 - 2.6. O caso específico das viaturas ligeiras de passageiros
 - 2.7. Depreciação de bens reavaliados
 - 2.8. Bens de reduzido valor
 - 2.9. Amortização dos ativos intangíveis
 - 2.10. Mapas de depreciações e amortizações

André Vasconcelos e Cristina Pinto

OUTUBRO
PRESENCIAL

FEVEREIRO
DISTÂNCIA

Revisão das normas contabilísticas

1. Normalização contabilística – enquadramento
2. SNC – modelo geral, NCRF-PE, Norma Contabilística para Microentidades – semelhanças e diferença. Contingências fiscais
 - 2.1 Demonstrações Financeiras
 - 2.2 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros
 - 2.3 Ativos intangíveis
 - 2.4 Ativos fixos tangíveis
 - 2.5 Ativos não correntes detidos para venda
 - 2.6 Locações
 - 2.7 Custo dos empréstimos obtidos
 - 2.8 Propriedades de investimento
 - 2.9 Imparidades de ativos
 - 2.10 Investimentos em associados
 - 2.11 Investimentos em subsidiárias
 - 2.12 Concentrações de atividades empresariais
 - 2.13 Inventários
 - 2.14 Contratos de construção
 - 2.15 Rédito
 - 2.16 Provisões
 - 2.17 Subsídios de Governo
 - 2.18 Impostos sobre o rendimento
 - 2.19 Instrumentos financeiros
 - 2.20 Benefícios aos empregados
3. Transição entre normativos contabilísticos

Cristina Gonçalves



NOVEMBRO
PRESENCIAL

A boa administração e o Código do Procedimento Administrativo

1. Repercussão do novo Código de Procedimento Administrativo no direito processual administrativo
2. A aplicação supletiva do Código de Processo Civil ao processo administrativo e princípios processuais
3. A unificação das formas de processo: a ação administrativa
4. Tutela cautelar e seus incidentes
5. O acesso à informação e a intimação para a prestação de informações, consulta de documentos e passagem de certidões
6. Recursos jurisdicionais
7. A revisão do ETAF e do CPTA: aspetos de direito substantivo

Jesuíno Martins

NOVEMBRO
PRESENCIAL

Introdução ao Excel

1. Apresentação do Excel e noções sobre a folha de cálculo
2. Introdução de dados e sua validação
3. Formatação de células e formatação condicional de células
4. Utilização de fórmulas com funções
 - 4.1. Referência absolutas e relativas
 - 4.2. Referências a células de outras folhas, livros ou referências 3D
 - 4.3. Funções de arredondamento
 - 4.4. Funções de sumarização, simples e condicionadas (contagens, somas e médias)
 - 4.5. Funções lógicas para tomar decisões
5. Análise de tabelas de dados
 - 5.1. Filtragem e ordenação
 - 5.2. Tabelas dinâmicas
 - 5.3. Subtotais
6. Visualização gráfica de dados
7. Impressão de tabelas de dados

Raul Laureano

NOVEMBRO

PRESENCIAL

Enquadramento fiscal da partilha e herança indivisa

1. A herança indivisa
 - 1.1. Noção
 - 1.2. Breve enquadramento legal
 - 1.3. Representação da herança indivisa
2. Enquadramento fiscal e obrigações de uma herança indivisa
 - 2.1. Rendimentos da categoria B
 - 2.2. Rendimentos de outras categorias
3. Partilha da herança indivisa e procedimentos fiscais
4. Partilha em caso de divórcio
 - 4.1. Aspetos legais a considerar
 - 4.2. Tornas e mais-valias em imóveis

Manuel Faustino

DEZEMBRO

PRESENCIAL

Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)

1. Introdução
2. A contabilidade orçamental
 - 2.1. Conceitos orçamentais
 - 2.2. Elaboração do orçamento
 - 2.3. Execução orçamental
 - 2.4. Encerramento do orçamento
3. A contabilidade de gestão
 - 3.1. Conceitos e objetivos
 - 3.2. Processo de apuramento dos gastos
4. A contabilidade financeira
 - 4.1. Estrutura conceptual
 - 4.2. Normas de contabilidade pública
 - 4.3. Plano de contas
 - 4.4. Modelos de demonstrações financeiras
 - 4.5 A figura do contabilista público
5. Adoção pela primeira vez do SNC-AP

João Carvalho e Vítor Simões



DEZEMBRO
PRESENCIAL

JUNHO
DISTÂNCIA

Impostos diferidos

1. Relações entre contabilidade e fiscalidade
 - 1.1. Normas contabilísticas e fiscais
 - 1.2. Diferenças entre o lucro tributável e o lucro contabilístico
 - 1.3. Diferenças permanentes
 - 1.4. Diferenças temporárias
 - 1.4.1. Diferenças temporárias tributáveis
 - 1.4.2. Diferenças temporárias dedutíveis
2. Natureza do imposto sobre lucros. Os métodos de contabilização
3. Reconhecimento e mensuração de ativos e passivos por impostos diferidos
4. Tratamento contabilístico dos impostos diferidos – exemplos práticos
5. Divulgações

Cristina Gonçalves

DEZEMBRO
PRESENCIAL

Excel avançado e macros

1. Macros de comando
 - 1.1. Conceito de macros
 - 1.2. Gravação de macros com referências relativas e com referências absolutas
 - 1.3. Atribuição de macros a botões e menus
2. Importação de dados
3. Revisões de inserção e formatação de dados e de fórmulas com funções básicas
4. Elaboração de modelos de cálculo de índole contabilístico/financeiro
 - 4.1. Funções financeiras em mapas de serviço da dívida
 - 4.2. Funções financeiras, estatísticas e lógicas em análise de projetos de investimentos
 - 4.3. Análise de sensibilidade e definição de cenários
 - 4.4. Funções de data, texto, procura/pesquisa em mapas de pessoal
 - 4.5. Funções de base de dados e de sumarização para mapas de *aging*
5. Execução de tarefas de conferência com recurso à formatação condicional e a diversas funções
 - 5.1. Verificação de numeração sequencial de documentos
 - 5.2. Confrontação de extratos / análise de contrapartidas
 - 5.3. Identificação de saldos sem movimento

Raul Laureano

DEZEMBRO
PRESENCIAL

A tributação em IVA e impostos sobre o rendimento das operações relacionadas com imóveis

1. Aspectos legais e regulamentação das atividades
 - 1.1. Construção e venda de imóveis
 - 1.2. Arrendamento de imóveis
 - 1.3. Atividades hoteleiras e alojamento local
2. Aspectos fiscais
 - 2.1. Imposto sobre o valor acrescentado
 - 2.2.1. Âmbito das isenções na venda e na locação
 - 2.2.2. Regime da renúncia à isenção do IVA nas operações relativas a bens imóveis
 - 2.2.3. Regularizações de IVA em operações sobre bens imóveis
3. Imposto sobre o rendimento
 - 3.1. IRS – Rendimentos empresariais, prediais e mais-valias
 - 3.2. IRC – Entidades que exercem, a título principal, atividades comerciais, industriais e agrícolas e os Organismos de Investimento Coletivo (OIC)
 - 3.3. Retenção na fonte
4. Regime especial da reabilitação urbana

José Alberto Pinheiro Pinto e Cristina Pinto

DEZEMBRO
PRESENCIAL

DEZEMBRO
DISTÂNCIA

Código Contributivo

1. Disposições gerais e comuns
2. Regimes contributivos do sistema previdencial
3. Incumprimento da obrigação contributiva
4. Regime contra-ordenacional
5. Disposições complementares, transitórias e finais

António Fernando Silva



JANEIRO
DISTÂNCIA

Organismos de investimento coletivo – – sociedades e fundos de investimentos

1. Linhas Gerais do regime jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo (OIC)
2. Regime fiscal
 - 2.1 Introdução
 - 2.2 Âmbito de aplicação
 - 2.3 Tributação na esfera dos OIC
 - 2.4 Tributação dos participantes
 - 2.5 Regime transitório

André Vasconcelos e Cristina Pinto

JANEIRO
DISTÂNCIA

Contencioso tributário

1. Enquadramento prévio
2. Os princípios do procedimento tributário
3. Os procedimentos impugnatórios
4. Os princípios do processo tributário
5. O reconhecimento de direitos ou interesses legalmente protegidos em matéria tributária e a determinação da prática de atos devidos
6. Os meios impugnatórios de atos lesivos
7. Os meios cautelares

Jesuíno Martins

Normas internacionais de contabilidade adotadas na UE

1. A Normalização Contabilística na União Europeia
 - 1.1. As Diretivas Comunitárias
 - 1.2. O regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de julho de 2002
 - 1.3. O regulamento (CE) n.º 1725/2003, da Comissão de 29 set. 2003
 - 1.4. O regulamento (CE) n.º 1126/2008, de 3 nov. 2008 e as respetivas modificações
2. As Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas na UE
 - 2.1. IAS 1 Apresentação de Demo. Financeiras (revista em 2007)
 - 2.2. IAS 2 Inventários
 - 2.3. IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 - 2.4. IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros
 - 2.5. IAS 10 Acontecimentos após o Período de Relato
 - 2.6. IAS 11 Contratos de Construção
 - 2.7. IAS 12 Impostos sobre o Rendimento
 - 2.8. IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis
 - 2.9. IAS 17 Locações
 - 2.10. IAS 18 Rêdito
 - 2.11. IAS 19 Benefícios dos Empregados
 - 2.12. IAS 20 Contabilização dos Subsídios Governamentais e Divulgação de Apoios Governamentais
 - 2.13. IAS 21 Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
 - 2.14. IAS 23 Custos de Empréstimos Obtidos (revista em 2007)
 - 2.15. IAS 24, Divulgações de Partes Relacionadas
 - 2.16. IAS 26 Contabilização e Relato dos Planos de Benefícios de Reforma
 - 2.17. IAS 27 Demo. Financeiras Consolidadas e Separadas
 - 2.18. IAS 28 Investimentos em Associadas
 - 2.19. IAS 29 Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias
 - 2.20. IAS 31 Interesses em Empreendimentos Conjuntos

Avelino Antão

Inventários

1. Introdução
2. Conceitos Gerais
3. Reconhecimento dos Inventários e Sistemas de Movimentação
 - 3.1. O SII e o SIP
 - 3.2. Principais Operações com Inventários
4. Mensuração de Inventários
 - 4.1. Custos da Compra
 - 4.2. Custos da Produção
 - 4.3 A Organização dos Custos para Efeitos de Mensuração de Inventários;
 - 4.4. Os Sistemas de Custeio e a Mensuração dos Inventários;
 - 4.5. A Mensuração (subsequente) das Saídas e Existências
 - 4.6. O Valor Realizável Líquido e as Imparidades em Inventários
5. Aspectos Fiscais
6. Apresentação e Divulgações
7. Conclusões

Cláudio Filipe Ferreira da Silva



JANEIRO
DISTÂNCIA

Enquadramento contabilístico dos subsídios (NCRF 22)

1. Introdução
2. Objetivo da norma
3. Âmbito
4. Subsídios do governo
5. Apoios do governo
6. Casos práticos
7. Divulgações

Carla Carvalho e Graça Azevedo

FEVEREIRO
DISTÂNCIA

Manifestações de fortuna e outros acréscimos patrimoniais não justificados

1. Tributação das manifestações de fortuna no contexto do combate à fraude e evasão fiscais
2. Pressupostos e âmbito de aplicação da tributação das manifestações de fortuna
3. Meios de defesa do contribuinte e garantias
4. Análise de casos práticos

José Alberto Pinheiro Pinto e Cristina Pinto

FEVEREIRO

DISTÂNCIA

Aplicação do IVA e dos impostos sobre o rendimento às operações transfronteiriças

1. Imposto sobre o valor acrescentado
 - 1.1 O comércio com países terceiros
 - 1.1.1 Importações
 - 1.1.2 Exportações
 - 1.2 O comércio com os outros Estados membros
 - 1.2.1 O regime de tributação das aquisições intracomunitárias de bens
 - 1.3 As regras de localização das prestações de serviços
 - 1.3.1 As duas regras gerais
 - 1.3.2 As exceções às duas regras gerais
2. Imposto sobre o rendimento
 - 2.1 Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares
 - 2.1.1 A determinação da residência fiscal
 - 2.1.2 Rendimentos obtidos em território nacional
 - 2.1.3 Tributação dos não residentes
 - 2.1.4 Tributação dos rendimentos obtidos fora do território nacional e dupla tributação
 - 2.2 Imposto sobre as pessoas coletivas
 - 2.2.1 Âmbito de sujeição em IRC
 - 2.2.2 Rendimentos obtidos em território nacional
 - 2.2.3 A tributação dos rendimentos pagos a não residentes
 - 2.2.4 O conceito de estabelecimento estável
 - 2.2.5 A dupla tributação internacional
 - 2.2.6 As convenções para evitar a dupla tributação
 - 2.2.7 Isenções ao abrigo da Directiva 2011/96/EU 49
 - 2.2.8 Isenções ao abrigo da directiva 2003/49/CE 50
 - 2.2.9 Créditos de imposto por dupla tributação internacional
 - 2.2.10 O afastamento de lucros e prejuízos de estabelecimento estável situado fora do território português

Amândio Silva e Paula Franco

MARÇO

DISTÂNCIA

Perdas por imparidade e créditos incobráveis em IVA e IRC

1. Aspectos contabilísticos
 - 1.1. NCRF 12 – Imparidade de ativos
 - 1.2. Indicação de que um ativo possa estar com imparidade
 - 1.3. Mensuração da quantia recuperável
 - 1.4. Reversão de perdas por imparidade
 - 1.5. Realização de testes de imparidade
 - 1.6. O tratamento da imparidade nas várias NCRF
 - 1.6.1. Imparidade em dívidas a receber
 - 1.6.2. Imparidade em inventários
 - 1.6.3. Imparidade em investimentos financeiros
 - 1.6.4. Imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis
 - 1.6.5. Imparidade em propriedades de investimento
 - 1.7. Desreconhecimento das dívidas a receber por incobrabilidade
2. Aspectos fiscais
 - 2.1. IRC
 - 2.1.1. Perdas por imparidade em créditos e créditos incobráveis
 - 2.1.2. As desvalorizações excecionais
 - 2.1.3. Ajustamentos em inventários
 - 2.2. IVA
 - 2.2.1. A regularização do IVA em créditos de cobrança duvidosa
 - 2.3. A regularização do IVA em créditos de cobrança duvidosa
 - 2.4. A regularização do IVA nos créditos incobráveis

José Roriz



Apuramento do lucro tributável (preenchimento da declaração modelo 22 – quadro 07)

1. Obrigações declarativas em IRC – a modelo 22
2. Determinação da matéria coletável – As diferenças entre os vários sujeitos passivos de IRC
3. As sociedades e os estabelecimentos estáveis – relação contabilidade/fiscalidade
4. Apuramento do lucro tributável – o quadro 07 da modelo 22
 - 4.1. Periodização do lucro tributável
 - 4.2. Contratos de construção
 - 4.3. Variações patrimoniais positivas e negativas
 - 4.4. Subsídios
 - 4.5. Regra geral de aceitação de gastos e encargos não dedutíveis
 - 4.5. Inventários e ajustamentos em inventários
 - 4.6. Depreciações e amortizações – o Dec.-Reg n.º 25/2009
 - 4.7. Imparidades
 - 4.8. Provisões
 - 4.9. Créditos incobráveis
 - 4.10. Realizações de utilidade social
 - 4.11. Mais valias, menos valia e reinvestimento
5. A importância do Anexo e dossiê fiscal
6. Ligação com a IES

André Vasconcelos e Cristina Pinto

Aspetos contabilísticos e fiscais dos contratos de construção

1. Introdução
2. Enquadramento contabilístico
 - 2.1 Normativo POC – A Diretriz Contabilística n.º 3
 - 2.2. Sistema de Normalização Contabilística – NCRF 19
 - 2.2.1. Âmbito
 - 2.2.2. Combinação e segmentação dos contratos de construção
 - 2.2.3. Rébito do contrato
 - 2.2.4. Gastos do contrato
 - 2.2.5. Reconhecimento do rébito e dos gastos do contrato
 - 2.2.6. Reconhecimento de perdas esperadas
 - 2.2.7. Alteração nas estimativas
 - 2.2.8. Divulgações
3. Enquadramento Fiscal
 - 3.1. Regras gerais da periodização do lucro tributável
 - 3.2. Casos específicos dos contratos de construção

Carlos Martins

ABRIL
DISTÂNCIA

Regime fiscal das mais e menos-valias (IRS e IRC)

1. Conceito de mais e menos-valias
2. Cálculo das mais e menos-valias
3. Coeficientes de desvalorização monetária
4. Reinvestimento
5. Tributação
 - 5.1. Em sede de IRC
 - 5.2. Em sede de IRS
 - 5.2.1. Regime simplificado
 - 5.2.2. Contabilidade organizada
6. Obrigações declarativas
 - 6.1. Em sede de IRC
 - 6.2. Em sede de IRS
 - 6.2.1. Regime simplificado
 - 6.2.2. Contabilidade organizada

Cristina Pinto

ABRIL
DISTÂNCIA

Processo de contra-ordenação tributária

1. Processo de aplicação das coimas - fase administrativa
 - 1.1. Competência para a instauração e instrução
 - 1.2. Investigação e instrução
 - 1.3. Notificação e apresentação de defesa
 - 1.4. Aplicação de coima - competências
 - 1.5. Arquivamento do processo
 - 1.6. Pagamento
2. Processo de aplicação das coimas - fase judicial

Jesuíno Martins



MAIO
DISTÂNCIA

NCRF 13 – Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas e o método de equivalência patrimonial

1. Âmbito de aplicação da NCRF 13
2. Definições
3. Caracterização de empreendimentos conjuntos
4. Operações conjuntamente controladas
5. Ativos conjuntamente controlados
6. Entidades conjuntamente controladas
7. Transações entre um empreendedor e um empreendimento conjunto
8. Operadores de empreendimentos conjuntos
9. Investimentos em associadas
10. Trabalhos de preparação da aplicação do MEP
11. Aplicação do MEP
12. Aplicação de MEP – Interesses de longo prazo
13. Descontinuação da aplicação do MEP
14. Perdas por imparidade
15. Divulgações
16. Casos práticos da aplicação do MEP

José Fernando Abreu Rebouta

MAIO
DISTÂNCIA

Aplicação das convenções para evitar a dupla tributação

1. Introdução
2. Aplicação das convenções em Portugal e as convenções celebradas
3. A convenção Modelo OCDE
4. A tributação dos rendimentos face às Convenções para evitar a dupla tributação
5. Eliminação da dupla tributação
6. Disposições especiais: Princípio da não discriminação procedimento amigável e troca de informação

Ana Lúcia Santos

MAIO
DISTÂNCIA

A empresa em dificuldades – Aspetos legais, contabilísticos e fiscais

1. Introdução
2. A análise da situação da empresa
 - 2.1. A Análise dos Mercados 9
 - 2.2. A Análise Financeira
 - 2.3 O plano de negócios
 - 2.4 A recuperação de créditos
3. As diferentes alternativas
 - 3.1 As operações de reestruturação
 - 3.2 Dissolução e liquidação por iniciativa dos sócios
 - 3.3 Sistema de recuperação de empresas pela via extrajudicial “SIREVE”
 - 3.4 Processo Especial de Revitalização (PER)
 - 3.5 Processo de Insolvência
4. Aspetos contabilísticos e fiscais
 - 4.1 A recuperação de créditos e o reconhecimento das imparidades
 - 4.2 Aumento de capitais próprios
 - 4.3 Fusões e Cisões
 - 4.4 Dissolução e liquidação
 - 4.5 O processo de insolvência
 - 4.6 O reporte de prejuízos
5. Responsabilidades pessoais dos titulares os órgãos de administração, fiscalização, e contabilista certificado no incidente de qualificação da insolvência

Vítor Vale

JUNHO
DISTÂNCIA

Estruturação de um quadro de bordo de apoio à gestão (*balanced scorecard*)

1. Gestão estratégica
2. Principais sistemas de gestão e de monitorização de desempenho empresarial
3. O *Balanced Scorecard*
 - 3.1. Principais conceitos do *Balanced Scorecard*
 - 3.2. Integração do *Balanced Scorecard* com outros instrumentos de gestão
 - 3.3. Perspectivas de valor
 - 3.4. Construção e implementação
 - 3.5. Benefícios e Dificuldades

Leonor Ferreira



JUNHO
DISTÂNCIA

Agências de viagens – – Aspectos contabilísticos e fiscais

1. Introdução
2. Regime especial de tributação em sede de IVA aprovado pelo DL221/85
- 2.1. Âmbito de aplicação do regime especial
- 2.2. Condições de aplicação
- 2.3. Entidades abrangidas
- 2.4. Operações abrangidas pelo regime
- 2.5. Operações excluídas do regime
- 2.6. Facto gerador e exigibilidade do imposto
- 2.7. Determinação da margem e apuramento do imposto
3. Situações particulares
- 3.1. Direito à dedução
- 3.2. Apuramento de margem negativa
- 3.3. Forma determinação de despesas dentro/fora comunidade
- 3.4. Adiantamentos
- 3.5. Alteração do valor tributável
4. Contabilização das operações das agências de viagens
- 4.1. Reconhecimento do réditio
- 4.2. Proposta de desdobramento do plano de contas
- 4.3. Contabilização das operações referentes a:
 - 4.3.1. Atuação em nome próprio;
 - 4.3.2. Atuação em nome e por conta de outrem;
 - 4.3.3. Apuramento do IVA no regime da margem
5. Outros aspetos fiscais

André Vasconcelos e Cristina Pinto

JULHO
DISTÂNCIA

Enquadramento contabilístico e fiscal dos ativos biológicos (NCRF 17)

1. Introdução
2. Enquadramento contabilístico
- 2.1. Normativo POC – Agricultura
- 2.2. Sistema de Normalização Contabilística – NCRF 17
- 2.2.1. Âmbito
- 2.2.2. Reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas
- 2.2.3. Subsídios Governamentais no âmbito da NCRF 17
- 2.2.4. Divulgações
3. Enquadramento Fiscal
- 3.1. Ativos biológicos de produção
- 3.2. Ativos biológicos consumíveis
- 3.3. Explorações silvícolas

Cristina Pena Silva e Paula Franco

Enquadramento legal, contabilístico e fiscal do setor não lucrativo

1. O setor não lucrativo (SNL) – Enquadramento
2. Normativo contabilístico do setor não lucrativo
3. Normas contabilísticas e de relato financeiro para as ESNL – alguns aspetos específicos
 - 3.1 Introdução
 - 3.2. Principais diferenças do SNC para a NC-ESNL
 - 3.3. Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL
 - 3.4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
 - 3.5. Ativos fixos tangíveis
 - 3.6. Ativos intangíveis
 - 3.7. Locações
 - 3.8. Empréstimos obtidos
 - 3.9. Inventários
 - 3.10. Rédito
 - 3.11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
 - 3.12. Subsídios e outros apoios
 - 3.13. Alterações em taxas de câmbio
 - 3.14. Impostos sobre o rendimento
 - 3.15. Instrumentos financeiros
 - 3.16. Benefícios dos empregados
4. A tributação das ESNL – enquadramento nos principais impostos
 - 4.2. As ESNL no âmbito do Imposto sobre o Valor Acrescentado - aspetos específicos
 - 4.3. As isenções das ESNL no âmbito de outros impostos
 - 4.4. As ESNL e os incentivos fiscais ao Mecenato
 - 4.5. As ESNL e a Taxa Social única (TSU)

José Neves Raimundo, Gomes dos Santos e Rui Lima

O processo de execução fiscal na Administração Fiscal e na Segurança Social

1. Âmbito da execução fiscal
 - 1.1. O título executivo
 - 1.2. Competência do órgão de execução fiscal
 - 1.3. Legitimidade do Exequente
 - 1.4. Legitimidade do Executado
2. Processo de execução fiscal
 - 2.1. Instauração do processo de execução fiscal
 - 2.2. Citação e seus efeitos
 - 2.3. Prestação de garantia
 - 2.4. Processo de reclamação judicial
 - 2.5. Penhora
 - 2.6. Venda: procedimentos, modalidades e efeitos
 - 2.7. Extinção

Jesuíno Martins



Métodos de reação aos atos inspetivos

1. Introdução – Enquadramento legal
2. Princípios do procedimento e processo tributário e garantias dos sujeitos passivos
4. Meios de defesa do sujeito passivo
 - 4.1 Aspetos introdutórios
 - 4.2 Procedimento de revisão
 - 4.3 Revisão dos atos tributários
 - 4.4 Reclamação graciosa
 - 4.5 Impugnação judicial
 - 4.6 Declaração de substituição
 - 4.7 Opções e articulação entre diferentes meios de defesa
5. Procedimento de inspeção tributária
6. A cobrança e o processo de execução fiscal

José Roriz

Procedimentos dos atos inspetivos – aplicação prática

1. Introdução
2. Antecedentes históricos
3. Enquadramento do procedimento de inspeção tributária
4. Os fins e objectivos do procedimento de inspeção tributária
5. Classificação do procedimento de inspeção tributária
 - 5.1. O procedimento de inspeção externo
 - 5.2 O procedimento de inspeção interno
 - 5.3 O procedimento de deteção de divergências
 - 5.4 O procedimento de inspeção a pedido do contribuinte
6. O âmbito e extensão do procedimento de inspeção tributária
7. As regras de competência territorial
8. O planeamento da ação de inspeção tributária
9. A credenciação dos inspectores tributários
10. A comunicação do início da ação de inspeção tributária
11. A estrutura do procedimento de inspeção tributária
12. O início da ação de inspeção tributária
13. Os actos de inspeção e os deveres de colaboração
 - 13.1 O dever de apresentação de documentos
 - 13.2 O dever de prestação de esclarecimentos
 - 13.3 O direito à redução das coimas
14. Caracterização e tipologia das correções à matéria tributável
 - 14.1 As correções meramente aritméticas
 - 14.2 A decisão de fixação da matéria tributável
 - 14.3 Tributação por manifestações de fortuna e acréscimos patrimoniais
 - 14.4 A aplicação das cláusulas antiabuso
 - 14.5 O acesso à informação bancária e derrogação do sigilo bancário
15. Os meios de prova e o ónus de fundamentação
16. Suspensão e prorrogação do procedimento de inspeção tributária
17. A relevância da nota de diligência
18. O projecto de relatório do procedimento de inspeção tributária
19. O exercício do direito de audição
20. O relatório final do procedimento de inspeção tributária
 - 20.1 O sancionamento das conclusões do procedimento de inspeção trib.
21. As notificações no âmbito do procedimento de inspeção tributária
22. Contigência fiscal e eficácia dos efeitos da acção de inspeção trib.
23. O auto de notícia e a tipologia dos ilícitos fiscais
24. O procedimento de liquidação
25. A impugnação dos atos inspetivos

Jesuíno Martins

OUTUBRO
DISTÂNCIA

Contabilidade dos grupos públicos (SNC-AP)

1. Investimentos em associadas e empreendimentos
2. Conjuntos (NCP 23)
3. Acordos conjuntos (NCP 24)
4. Demonstrações financeiras consolidadas (NCP 22)
5. Exemplos Práticos

João Carvalho e Vitor Simões

OUTUBRO
DISTÂNCIA

Análise económica e financeira das entidades privadas

1. Análise económica e financeira – questões gerais
2. As demonstrações financeiras e os ajustamentos nas demonstrações financeiras
3. Equilíbrio estrutural (médio e longo prazo)
 - 3.1. Estrutura das aplicações e origens de fundos
 - 3.2. Fundo de maneo
 - 3.3. Políticas de investimento e de financiamento
4. Gestão dos capitais circulantes (curto prazo)
 - 4.1. Liquidez
 - 4.2. Tesouraria
 - 4.3. Indicadores de atividade e de gestão
5. Rendibilidade e risco dos capitais investidos
 - 5.1. Estruturas de gastos
 - 5.2. Rendibilidade económica
 - 5.3. Rendibilidade financeira
 - 5.4. Risco Global

Cristina Gonçalves



Tributação de não residentes – – enquadramento fiscal em IRS e IRC

1. Em IRS
 - 1.1 Âmbito de sujeição em IRS
 - 1.2 Determinação da residência fiscal no CIRS
 - 1.3 Determinação da residência fiscal nos ADT
 - 1.4. Formas de tributação dos não residentes
 - 1.4.1 Aplicação de taxas liberatórias
 - 1.4.2 Tributação a final
 - 1.5 A dupla tributação e o papel dos ADT
2. Em IRC
 - 2.1 Âmbito de sujeição em IRC
 - 2.2 Residentes com estabelecimento estável
 - 2.2.1 Base do imposto e determinação da matéria coletável
 - 2.2.2 Obrigações fiscais
 - 2.3 Residentes sem estabelecimento estável
 - 2.3.1 Formas de tributação
 - 2.3.1.1 Tributação por retenção a título definitivo
 - 2.3.1.2 Tributação a final com obrigação declarativa
 - 2.3.2 A dupla tributação e o papel dos ADT
3. Benefícios fiscais, em IRS e IRC, a não residentes

Sérgio Martins Ferreira

Preparação do mapa de fluxos de caixa

1. Breve enquadramento da Demonstração dos Fluxos de Caixa no normativo contabilístico
2. Necessidade e importância da demonstração de fluxos de Caixa
3. A NCRF 2 - Demonstração de fluxos de caixa
4. Metodologia para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa
5. Outras divulgações
6. Os fluxos de Caixa como modelo de avaliação do desempenho – casos práticos

Carlos Martins

Dissolução, liquidação, fusão e cisão de sociedades (aspectos contabilísticos e fiscais)

1. Dissolução de Sociedade Comerciais
 - 1.1. Definição
 - 1.2. Causas de Dissolução Imediata
 - 1.3. Causas de Dissolução Administrativa
 - 1.4. Causas de Dissolução Oficiosa
2. Liquidação de Sociedades Comerciais
 - 2.1. Conceito
 - 2.2. O Processo de Liquidação
3. Procedimentos administrativos de dissolução e liquidação de entidades comerciais
4. Procedimento Especial de Extinção Imediata de Entidades Comerciais (cessação na hora)
 - 4.1. Extinção de dívidas da Sociedade
5. Tratamento Contabilístico e Fiscal
6. Fusão e Cisão
 - 6.1. Fusões
 - 6.1.1. Conceitos
 - 6.1.2. O Processo de Fusão
 - 6.1.3. Tratamento Fiscal
 - 6.1.4. Tratamento contabilístico
 - 6.2. Cisão
 - 6.2.1. Conceito e Modalidades
 - 6.2.2. Processo de Cisão
 - 6.2.3. Tratamento Fiscal
 - 6.2.4. Tratamento contabilístico

Carlos Lázaro, José Manuel Oliveira e Nanja Kroon

Enquadramento em IVA, IRS e Segurança Social – Categoria B

1. Enquadramento em IRS
 - 1.1. Âmbito da categoria B
 - 1.1.1. Os rendimentos de atividades comerciais, industriais, agrícolas, silvícolas e pecuárias
 - 1.1.2. Os rendimentos profissionais decorrentes de atividades de prestações de serviços
 - 1.1.3. Os rendimentos de propriedade intelectual, industrial ou know-how
 - 1.1.4. Outros rendimentos atraídos para a categoria B
 - 1.2. Regimes de tributação na categoria B
 - 1.2.1. Regime simplificado
 - 1.2.2. Regime de tributação com base na contabilidade organizada
 - 1.3. Retenção na fonte
 - 1.4. Obrigações declarativas
 - 1.5. Obrigações de faturação
 - 1.6. Outras obrigações em IRS
2. Enquadramento em IVA
 - 2.1. O regime especial de isenção
 - 2.2. O Regime dos pequenos retalhistas
 - 2.3. O Regime normal de IVA
 - 2.4. Direito à dedução
 - 2.5. Obrigações de faturação
 - 2.6. Obrigações declarativas
 - 2.7. Outras obrigações em IVA
3. Enquadramento em Segurança Social
 - 3.1. O Regime dos trabalhadores independentes
 - 3.1.1. Âmbito de aplicação e isenções aplicáveis
 - 3.1.2. O caso específico das entidades contratantes
 - 3.1.3. Inscrição e enquadramento
 - 3.1.4. Base de incidência contributiva e taxas contributivas
 - 3.1.5. Obrigações dos contribuintes

Domingos Fernandes



DEZEMBRO

DISTÂNCIA

Rendimentos de transações (SNC-AP)

1. Rendimento de transações com contraprestação (NCP 13)
2. Rendimentos de transações sem contraprestação (NCP 14)
3. Análise aos registos na classe 7 do PCM
4. Exemplos Práticos

DEZEMBRO

DISTÂNCIA

Elaboração e preparação das demonstrações financeiras individuais (SNC-AP)

1. Estrutura e conteúdo das DFs (NCP 1)
2. Políticas contabilísticas, alterações em estimativas e erros (NCP 2)
3. Divulgações de partes relacionadas (NCP 20)
4. Acontecimentos após a Data de Relato (NCP 17)
5. Exemplos práticos

DEZEMBRO

DISTÂNCIA

O papel do contabilista no âmbito do contencioso tributário

1. Determinação da matéria coletável
2. Liquidação do imposto
3. Execução fiscal
4. Infrações tributárias
5. Casos práticos

Artur Soveral Andrade



CALENDÁRIO 2017

Janeiro

D	S	T	Q	Q	S	S
F	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Fevereiro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	E				

Março

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Abril

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	F	15
F	17	18	19	20	21	22
23	24	F	26	27	28	29
30						

Maio

D	S	T	Q	Q	S	S
F	2	3	4	5	6	
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

Junho

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	F
11	12	13	14	F	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

Julho

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

Agosto

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	F	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Setembro

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

Outubro

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	F	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Novembro

D	S	T	Q	Q	S	S
				F	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

Dezembro

D	S	T	Q	Q	S	S
						F
2	3	4	5	6	7	F
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	F	26	27	28	29
30	31					





Avenida Barbosa du Bocage, 45 | 1049-013 Lisboa
Telefone **217 999 700** | Fax **217 957 332**
Email **geral@occ.pt** | **www.occ.pt**